

CASA LAR

PARA
MULHERES EM
SITUAÇÃO DE
VIOLENCIA

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido sonhar, por me dar saúde e força para realizar esse sonho.

À minha família, em especial aos meus pais, Nilson e Janete, responsáveis pela consolidação dessa formação, muito obrigada pelo apoio nesses anos, pela paciência, pela compreensão e por estarem ao meu lado e acreditarem em mim até o fim. Ao meu irmão, Arthur, que trouxe mais luz à família. Nenhuma palavra será suficiente para descrever meu agradecimento a vocês. A todos os familiares, que de alguma forma auxiliaram na realização desse trabalho.

Aos meus amigos, por entenderem todos os meus frequentes “hoje não posso, tenho projeto”, vocês foram o respiro nessa tumultuada jornada.

Aos meus colegas e amigos de curso e de trabalho, que estiveram ao meu lado desde o começo, superando as dificuldades e comemorando as conquistas. Às minhas amigas e duplas de curso Ana Paula, Francine e Sheila, que desde o início estiveram presentes, me ajudando nessa trajetória. Em especial, a Sheila, pela amizade, companheirismo, e por ter dividido comigo os melhores momentos, assim como as angústias e aflições. Nada teria sido igual sem a presença de vocês.

Aos professores Adriana e Arthur, agradeço pelo carinho, atenção e dedicação nessa última etapa, e a todos os professores da Universidade Feevale, pelos ensinamentos.

Só posso agradecer por tudo que aprendi, vivi e cresci.

Gratidão.

“ IMPORTANTE NÃO É VER O QUE NINGUÉM NUNCA VIU,
MAS SIM, PENSAR O QUE NINGUÉM NUNCA
PENSOU SOBRE ALGO QUE TODO MUNDO VÊ ”

Arthur Schopenhauer



UNIVERSIDADE FEEVALE | ICET | ARQUITETURA E URBANISMO

PESQUISA DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO | 2019/01

PROFESSOR: ALEXANDRA STAUDT FOLLMANN BALDAUF | EDUARDO REUTER. SCHNECK

ACADÊMICA: CATRINE DA CUNHA | PROF. ORIENTADORA: ADRIANA TERESINHA DA SILVA DUTRA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 05

2 TEMA

- 2.1 Apresentação da Temática 06
- 2.2 Justificativa 07
- 2.3 Objetivos da Pesquisa 08

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- 3.1 A violência Contra a Mulher 09
 - 3.1.1 Contextualização Histórica 09
 - 3.1.2 Tipologias de Violência Contra a Mulher 12
 - 3.1.3 Estatísticas de Violência 13
- 3.2 Rede de enfrentamento 15
 - 3.2.1 Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006 16
 - 3.2.2 Lei do Feminicídio - Lei 13.104/2015 18
 - 3.2.3 Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher 18
- 3.3 Serviço de Acolhimento: Casas-Abrigo 20

4 MÉTODO DE PESQUISA

- 4.1 Metodologia 21
- 4.2 Estudo de Caso 22
 - 4.2.1 Visita ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva-Mulher 22
 - 4.2.2 Visita à Casa-Abrigo Regional Jacobina Maurer 24

5 REFERÊNCIAS

- 5.1 Análise de referências análogas 26
 - 5.1.1 Abrigo Para Vítimas De Violência Doméstica 26
 - 5.1.2 Casa Albergue KWIECO 28
 - 5.1.3 Casa de Acolhimento para Menores 30
- 5.2 Análise de referências formais 32
 - 5.2.1 Centro Educacional Steinpark 32
 - 5.2.2 Creche Infantil TAKENO 33
 - 5.2.3 Centro Santa Teresa 34

6 ÁREA DE INTERVENÇÃO

- 6.1 Dados do Município 35
- 6.2 Apresentação do Lote 35
- 6.3 Justificativa da Escolha 35
- 6.4 Características do Lote 36
- 6.5 Morfologia Urbana 36
- 6.6 Análise Viária e de Infraestrutura 37
- 6.7 Análise das Alturas 38
- 6.8 Análise das Tipologias 38
- 6.9 Levantamento Fotográfico 39
- 6.10 Condicionantes Climáticos 40

7 CONDICIONANTES LEGAIS

- 7.1 Plano Diretor Municipal de Campo Bom 41
- 7.2 Código de Edificações de Campo Bom 41
- 7.3 NBR 9050 - Acessibilidade 42
- 7.4 NBR 9077- Saídas de Emergência 43
 - 7.4.1 RT 11 - Resolução Técnica CBMRS sobre Saídas de Emergência 43

8 PROJETO

- 8.1 Conceito 44
- 8.2 Intenções de Projeto 44
- 8.3 Programa de Necessidades 45
- 8.4 Organograma de fluxos 48
- 8.5 Hipóteses de ocupação e volumetria 49

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 9.1 Conclusão

10 BIBLIOGRAFIA 55

11 ANEXOS 59

12 APÊNDICES 60

O presente trabalho trata da Pesquisa do Trabalho Final de Graduação, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Feevale. O mesmo também visa criar um embasamento teórico para elaboração do projeto arquitetônico, intitulado, Casa Lar – Para Mulheres em Situação de Violência. Um abrigo de moradia temporária, com o objetivo de atender, acolher e acompanhar as mulheres em situação de vulnerabilidade, acompanhadas ou não de seus filhos, em um processo de reabilitação, capacitação, e reintegração da mulher na sociedade, recuperando sua autoestima e empoderando-a.

Entendendo que a arquitetura exerce um papel fundamental no processo de enfrentamento da violência praticada contra a mulher, mais especificamente, na construção de projetos de Casas-Abrigo, que coíbem a contínua agressão às vítimas, um equipamento em resposta a um problema social.

Assim, para o melhor entendimento desse grave problema, estudos relacionados ao tema foram realizados. Procurou-se conhecer as raízes da violência, os tipos que existem; buscou-se pesquisas com dados que demonstram a realidade enfrentada no território brasileiro, bem como, a contribuição do Estado através das leis que surgiram para o enfrentamento à violência.

“ A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
NÃO É UM FATO NOVO.
PELO CONTRÁRIO,
É TÃO ANTIGO QUANTO A HUMANIDADE.
O QUE É NOVO, E MUITO RECENTE,
É A PREOCUPAÇÃO COM A SUPERAÇÃO DESSA VIOLÊNCIA
COMO CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA
A CONSTRUÇÃO DE NOSSA HUMANIDADE ”

(FLACSO, 2015, p. 09)

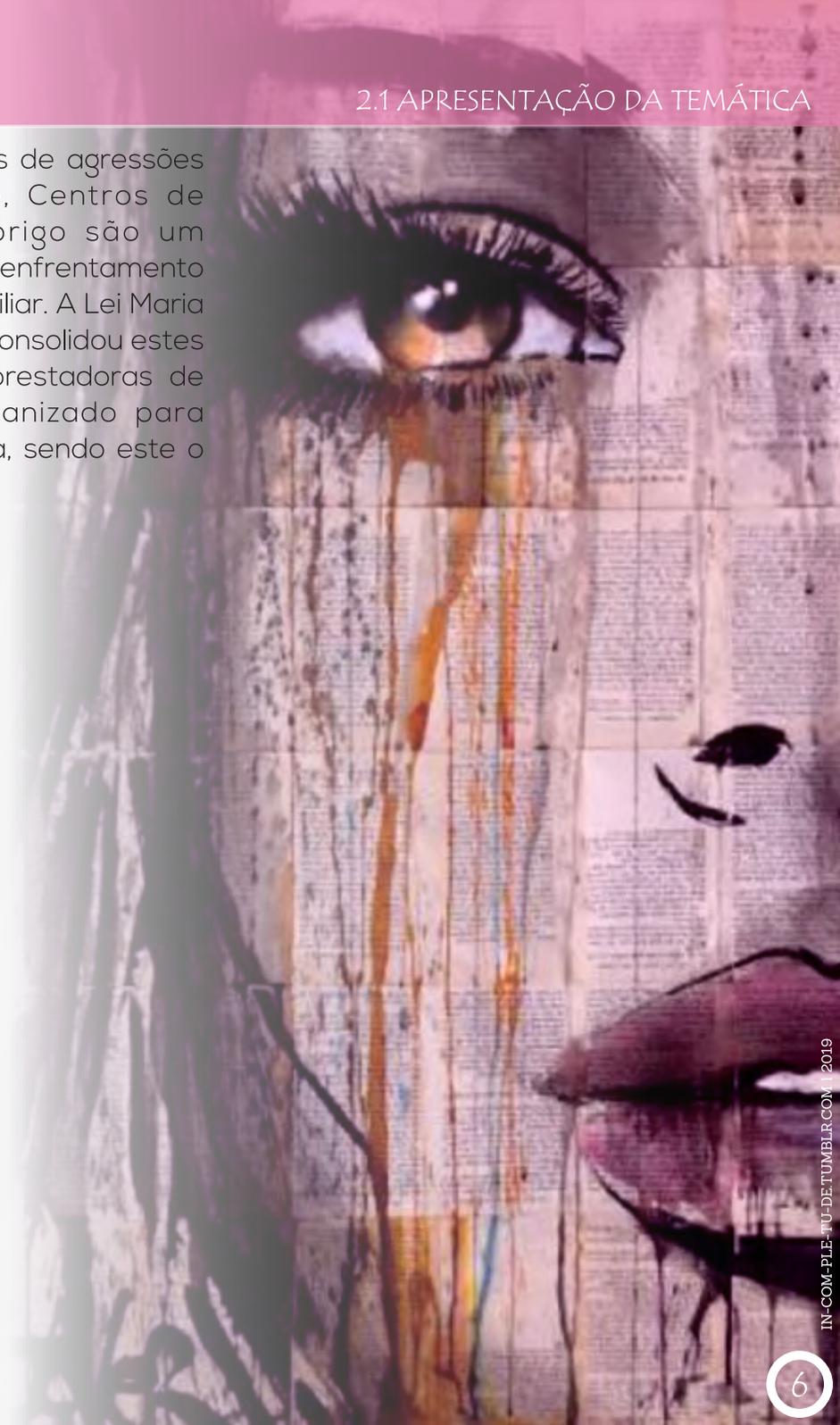
O fenômeno da violência é um dos graves problemas que atingem a sociedade, sendo uma das principais causas de mortes entre as pessoas de 15 a 44 anos, manifestando-se de diferentes modos entre homens e mulheres, causando consequências danosas à humanidade.

A violência de gênero ou violência contra a mulher, acontece no mundo inteiro e atinge as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual (BRASIL, 2003).

O preconceito de gênero aliado à visão do patriarcado, é uma estrutura familiar caracterizada pelo poder imposto institucionalmente, do homem sobre as mulheres e filhos no âmbito familiar, intervindo em toda organização da sociedade, fazendo com que as mulheres sofram consequências sociais graves até os dias atuais (BARRETO, 2004).

Essa ideologia dominante do homem sobre a mulher é um problema que está ligado ao poder, porém, desde que o papel da mulher na sociedade vem ganhando notoriedade, deixando para trás o paradigma de dona de casa e cuidadora dos filhos, o homem vem perdendo seu espaço, e a ira masculina é assustadoramente provocada, resultando em violência e abuso psicológico (BRASIL, 2003).

Diante de tantos fatos de agressões noticiados seguidamente, Centros de Referências e Casas-Abrigo são um importante mecanismo de enfrentamento da violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), consolidou estes Centros como instituições prestadoras de serviço(s) integral e humanizado para mulheres vítimas de violência, sendo este o enfoque da pesquisa.



A razão pela qual se optou pelo tema, se justifica pelo sentimento de falta da incorporação da questão de gênero na sociedade civil e no Curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo uma discussão pouco difundida, perante a irrelevância das críticas aos espaços urbanos masculinizados. Os espaços urbanos estão carregados de desigualdade entre gêneros, servindo de palco para pequenas violências sofridas pelas mulheres, independente da crença, cor, orientação e condição social (SEBALHOS, 2017).

Outro fato bastante relevante, é a carência desse equipamento, proposto como tema. Existem poucos exemplares de projetos desenvolvidos e construídos no território nacional.

Segundo a Pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2013), há ao todo 155 casas-abrigo em 142 municípios brasileiros, sendo que dos 5.570 municípios do Brasil, apenas 27,5% possuem estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, e 97,5% das cidades não têm casas-abrigo.

Destaca-se que o Estado do Rio Grande do Sul, conta com 14 equipamentos de acolhimento, distribuídos entre os 496 municípios, sendo que no município de Campo Bom, não existe nenhum, justificando, assim, a

necessidade da implantação de um espaço físico que receba as vítimas.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, somente em janeiro de 2019, 5.861 casos de violência contra a mulher, consumados ou não, foram registrados, porém muitas vezes essa demanda é subdimensionada pela insuficiência de locais de apoio às mulheres vítimas de violência.

A existência de casas-abrigo é necessária para a prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, “visando à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar” à mulher em situação de violência (BRASIL, 2011b).

A falta de espaços físicos adequados, infraestrutura, equipamentos para realização de atendimentos, número insuficiente de profissionais, bem como a rotatividade de pessoal nos serviços, corrobora para que os atendimentos não sejam efetuados como deveriam (TELES, 2004).

Diante de todos esses fatores, entende-se que a Casa Lar – Para mulheres em Situação de Violência, deve ser de caráter público, social e de gênero, que busque concretizar uma habitação adequada e digna, que receba as vítimas em situação de vulnerabilidade, provendo o bem-estar e a

segurança diante de uma sociedade que alimenta a desigualdade e banaliza a prática da violência contra a mulher, e abuso psicológico (BRASIL, 2003), sendo este o enfoque da pesquisa.

OBJETIVO GERAL

O objeto desta pesquisa, é produzir referencial através de dados, pesquisas e estudos, com a finalidade de desenvolver um espaço arquitetônico humanitário, Casa Lar – Para Mulheres em Situação de Violência, na Cidade de Campo Bom, resgatando a Casa-Abrigo como um espaço de reinserção social às mulheres vítimas de abuso, proporcionando segurança e proteção.

“ UMA CASA LAR, QUE MUDE O PARADIGMA DO ACOLHIMENTO, PROMOVENDO ACESSO A REDE QUALIFICADA, VISANDO A SUPERAÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA. ”

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pesquisar, estudar, e analisar dados, notícias, fatores socioculturais, relacionados à violência contra a mulher.

Pesquisar as redes de enfrentamento que tratam desse assunto, conforme às políticas públicas, ações e leis do Governo.

Conhecer Centros de Referência e Casas-Abrigo, a fim de compreender o serviço prestado, o espaço, as necessidades e as relevâncias do programa.

Compreender através de referências, o programa de necessidades, usos dos espaços, estética arquitetônica, materiais e suas tecnologias oportunas para esse tema.

Localizar, na Cidade de Campo Bom, um sítio para implantação do projeto, realizando seu diagnóstico, a fim de demonstrar suas potencialidades para abrigar o programa.

Elaborar o programa de necessidades, o organograma e os estudos de tipologias, sustentado nos estudos realizados, visando a elaboração posterior do projeto pretendido.

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA



A violência contra a mulher é compreendida como todo e qualquer ato violento. Sobretudo, a violência sexual e a praticada pelo companheiro íntimo, estão entre os principais problemas de violação dos direitos humanos e saúde pública. Desta forma vivenciar uma situação de violência doméstica, afeta o desenvolvimento vital das mulheres, podendo originar problemas graves para a saúde emocional, física e sexual (WHO, 2017).

3.1.1 Contextualização Histórica

A história da violência de gênero, desigualdade, repressão às minorias e de patriarcado, está enraizada na cultura desde os primórdios (FAHS, 2018).

Durante os anos de 1500-1822, na época do Brasil colônia, as mulheres eram vistas como reflexo do homem, pai, maridos, irmãos ou quaisquer que fossem os chefes da família, e tidas como objetos a serviço dos mesmos (FAHS, 2018).

Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1970, deu-se início aos grandes movimentos pela luta dos direitos das mulheres e pela igualdade das minorias (UN WOMEN, 2016).

Neste sentido, no Brasil, entre 1907 e 1917, começaram a ocorrer greves no mercado de trabalho e, com elas, mudanças começaram a surgir.

A força do trabalho feminino predominava nas fábricas, em sua maioria têxteis, e com a inserção dos imigrantes europeus e de inspiração anarco-sindicalistas no mercado de trabalho, começaram a ocorrer melhorias nas condições de trabalho. Exigiam a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres (FAHS, 2018).

No ano de 1922, é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a qual reivindicava o livre acesso das mulheres ao campo de trabalho e o direito pelo voto (FAHS, 2018).

Segundo Fahs (2018), em 1928, Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher autorizada a votar. Nesse mesmo ano, Alzira Soriano de Souza foi eleita a primeira prefeita do país, no Rio Grande do Norte, no entanto, ambos atos foram anulados posteriormente.

O primeiro país a garantir o sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, no ano de 1893. As sufragistas reivindicavam igualdade política e jurídica em movimentos que tomavam as ruas. No Brasil, o sufrágio feminino foi garantido no Governo de Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, sendo inserido o direito do voto e à candidatura das mulheres, porém, apenas na Constituição de 1946 que a conquista foi garantida (FAHS, 2018).



Segundo Fahs (2018), a primeira deputada federal brasileira foi Carlota Pereira de Queiróz, que integrou a assembleia constituinte nos anos seguintes, na cidade de São Paulo (FAHS, 2018).

Com o passar do tempo, o movimento feminista crescia e as políticas de proteção às mulheres foram surgindo. E, em 1979, adotou-se a Lei Internacional dos Direitos da Mulheres, que visou a igualdade de gênero, e a repressão de quaisquer discriminações.

Contudo, na grande maioria dos países, reinava, ainda, a política sexista, e no Brasil não era diferente. Os agressores e assassinos de mulheres ficavam impunes diante do argumento de legítima defesa da honra (PINAFI, 2007).

Esse padrão social, que banalizava e incitava a violência contra a mulher, era replicado nas artes e nas letras de músicas, tornando-se uma ideia popular e natural entre as pessoas.

O ano de 1975 foi instituído pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, destacando conquistas como a criação da Fundação das Mulheres do Brasil e a aprovação da lei do divórcio, o que possibilitou que as mulheres colocassem fim na sociedade conjugal, quando sofressem algum tipo de agressão, ou por qualquer outro motivo (FAHS, 2018).

O primeiro Centro para Mulheres de que se tem notícia, foi criado em Chiswick, na Grã-Bretanha, em 1971. Inicialmente, era um local criado para o encontro de mulheres que buscavam ajuda, porém, diante da necessidade, tornou-se um abrigo de acolhimento e segurança para as mulheres que vivenciavam situações de violência contra si e seus filhos (KRENKEL, 2007).

Nos anos 80 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que mais tarde, passou a ter status ministerial como Secretaria de Política para as Mulheres, cujo objetivo era coibir e erradicar a violência doméstica (FAHS, 2018).

Vários abrigos começam a surgir, em várias regiões do mundo. No Brasil houve a implantação de diversos programas, como a criação de Centros de Referências de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), telefone de emergência SOS-Mulher, aprovação e cumprimento das leis, como a Lei da Maria da Penha, aprovada em 2006 (CÔRTEZ, LUCIANO e DIAS, 2012).

Como se pode observar, a mulher é historicamente vitimada pelo controle social masculino, em uma relação de submissão onde a violência está determinada.

Na Figura 1, uma linha do tempo demonstra os principais fatos ligados aos direitos das mulheres.



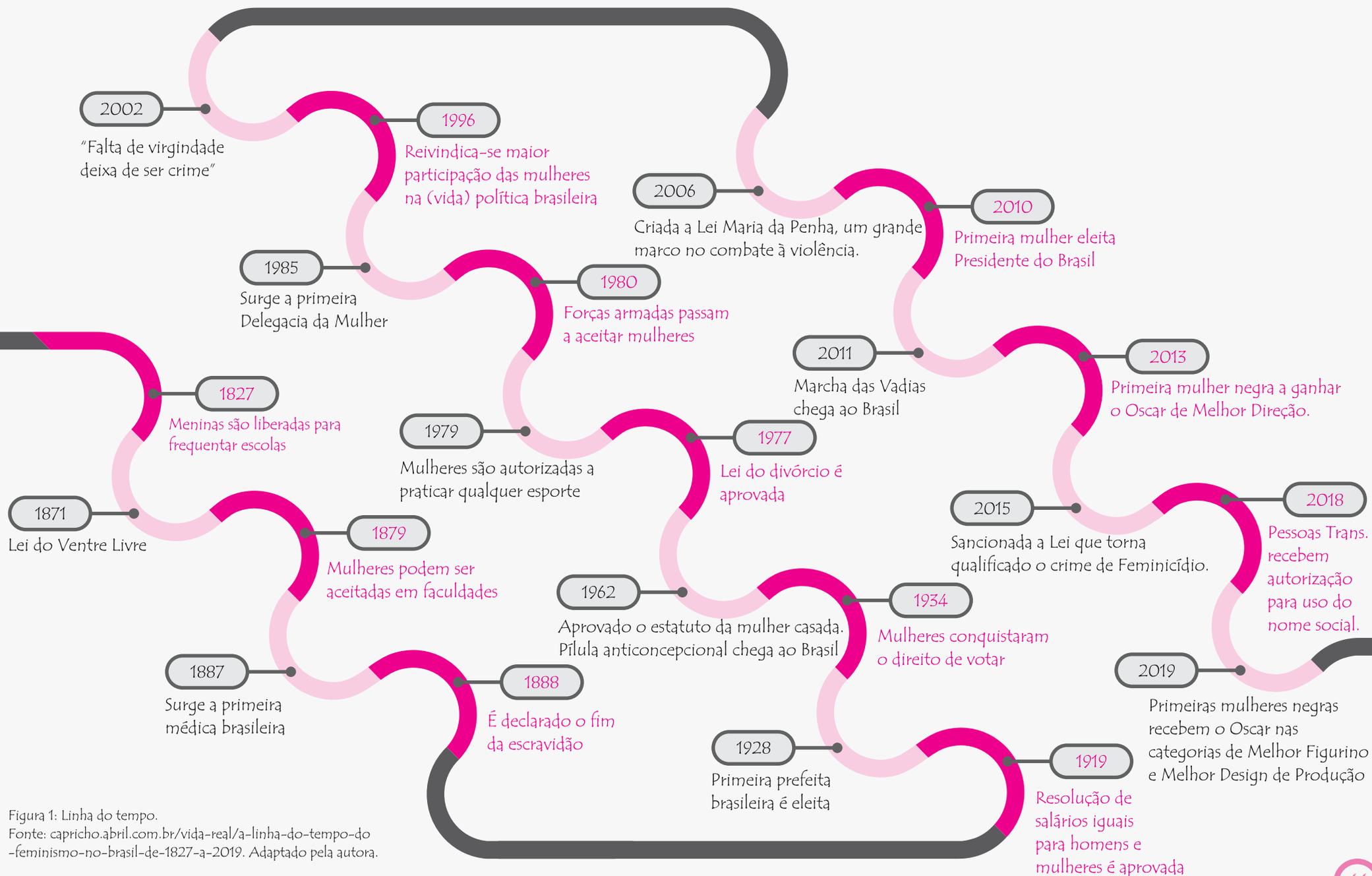


Figura 1: Linha do tempo.
 Fonte: capricho.abril.com.br/vida-real/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2019. Adaptado pela autora.

3.1.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher se manifesta em uma extensão de episódios, de diferentes formas e gravidade. A manifestação mais extrema e severa é o Feminicídio, que é o homicídio contra a mulher.

Segundo a Rede Feminista de Saúde (2001), os diversos tipos de violência sofridas pelas mulheres, são classificados em:

- Violência de gênero

É oriunda das manifestações do sistema social patriarcal, uma relação de poder e posse entre homens e a mulheres. Qualquer conduta, que configure dano e sofrimento físico, sexual, psicológico ou que cause morte, ocorrendo tanto no âmbito público ou privado.

- Violência intrafamiliar

É independente do espaço físico onde ocorre a violência, mas sim, as relações afetivas construídas entre membros da família, ou até mesmo pessoas sem laços sanguíneos que assumem a função parental. É qualquer conduta que fere o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade de outro membro da família.

- Violência Doméstica

Abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico, negligência e abandono são algumas manifestações de violência doméstica. Normalmente é praticada por algum membro da família dentro de casa. Diferente da Intrafamiliar, ela inclui outros membros que convivem no mesmo espaço, empregados, agregados.

- Violência Física

Manifesta-se de várias formas, por uso da força física ou de algum tipo de arma que provoque ou não lesões em relação a outra pessoa. Tapas, empurrões, socos, chutes, queimaduras, omissão de cuidados à integridade corporal, castigo repetido, estão entre algumas das violências físicas.

- Violência Sexual

É qualquer ato ou tentativa sexualmente violenta ocorrida sob coação ou fisicamente forçada. Acontece em diferentes cenários, circunstâncias, classes sociais e culturas. Na maioria das vezes, acontece no espaço doméstico, por um autor conhecido da vítima, que mantenha relação conjugal ou outro relacionamento. Engloba estupro, investidas sexuais, abuso sexual, aborto forçado, mutilação genital, prostituição, maus-tratos.

- Violência Psicológica

Consiste em ações que visam causar danos à autoestima e à identidade das mulheres. Inclui insultos, chantagem, humilhação, exploração, negligências, ameaças, confinamento.

- Violência Econômica ou Financeira

Correspondem aos atos do agressor que afetam a sobrevivência ou saúde mental dos membros da família. Destruição de bens pessoais ou de bens conjugais, recusa de pagar pensão alimentícia aos filhos, são algumas das violências financeiras das quais as mulheres enfrentam.

- Violência Institucional

Está presente nas diferentes instituições públicas, mídias e organizações privadas. É motivada pela desigualdade hierárquica entre usuários e profissionais, no qual, a mulher não tem sua autonomia respeitada, por exemplo, exposição em locais de atendimentos especializados, falta de acesso aos serviços institucionais, violência nos serviços de saúde e no sistema carcerário.

3.1.3 ESTATÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

Os índices brasileiros referentes a violência contra a mulher são alarmantes.



A cada 2.6 segundos uma mulher é vítima de OFENSA VERBAL.



A cada 6.3 segundos uma mulher é vítima de AMEAÇA DE VIOLÊNCIA.



A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de VIOLÊNCIA FÍSICA.



A cada 2 minutos, uma mulher é vítima de ARMA DE FOGO.

Fonte: IMP.

Em 33 anos, entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio. A forma de violência mais extrema atinge 4,8% das mulheres, conforme o Gráfico 1 (FLACSO, 2015).

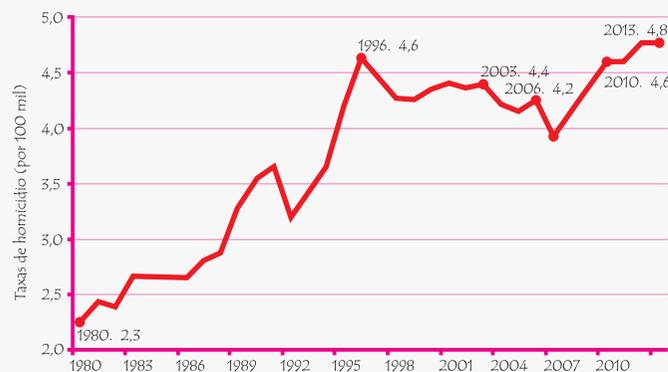


Gráfico 1: Evolução das taxas de homicídio de mulheres. Fonte: Mapa da Violência 2015. Adaptado pela autora.

Observa-se a partir do Gráfico 1, que até os anos 90 a taxa de mortalidade registrava um crescente aumento, entre 2001 e 2006, quando foi promulgado a Lei Maria da Penha, ocorreu um decréscimo nos índices, porém, posterior a 2007, novamente as taxas de Feminicídio tiveram um crescimento alarmante.

3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo Flacso (2015), Tabela 1, o Brasil ocupa a quinta posição entre 83 Países com os maiores índices de homicídios femininos, taxas excessivamente elevadas comparadas a de vários países.

48 vezes ✦ Homicídios que o Reino Unido

24 vezes ✦ Homicídios que Irlanda ou Dinamarca

16 vezes ✦ Homicídios femininos que Japão

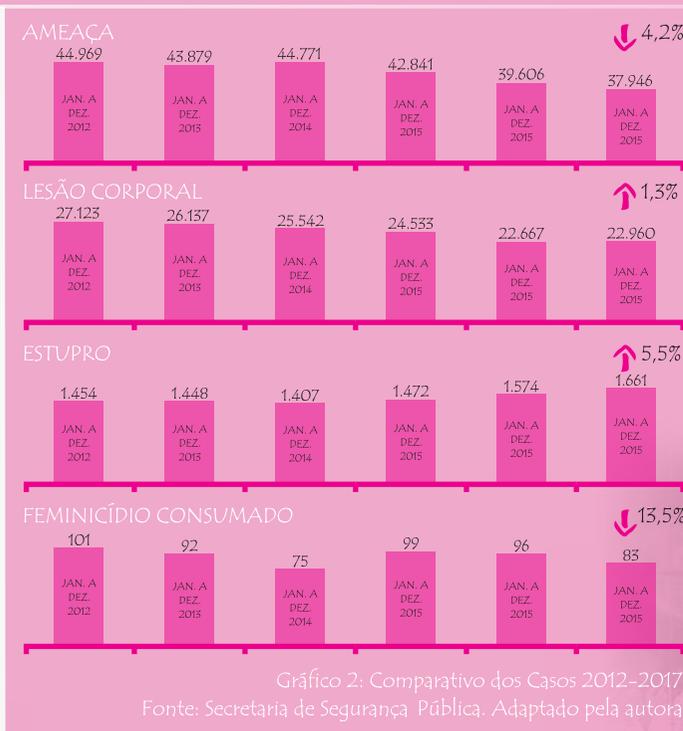
Fonte: Flacso, 2015. Adaptado pela autora

PAÍS	ANO	TAXA	POS
EL SALVADOR	2012	8,9	1
COLÔMBIA	2011	6,3	2
GUATEMALA	2012	6,2	3
FEDERAÇÃO RUSSA	2011	5,3	4
BRASIL	2013	4,8	5

Tabela 1: Taxas de Homicídios de mulheres no Brasil. Fonte: Mapa da Violência, 2015. Adaptado pela autora.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, no Rio Grande do Sul (SSP, 2019), 5.474.640 da população são mulheres, e conforme os registros a cada 10.000 mulheres, 14,22% são vítimas de ameaça, lesão corporal, estupro e Feminicídio.

Segundo o comparativo no Gráfico 2, é possível perceber que entre os anos de 2016 e 2017, constatou-se que no caso de ameaças houve uma redução de 4,2%, no entanto, houve um crescente aumento nas taxas de lesões corporais, foram 293 casos a mais, nas taxas de estupro, 5,5% de aumento e 23,2% de acréscimo nas tentativas de homicídios.



No RS, na Região do Vale dos Sinos, 1.200 mulheres foram vítimas de violência doméstica nos meses de janeiro e fevereiro de 2019. Na cidade de Campo Bom, 68 mulheres sofreram algum tipo de violência nesse mesmo período (SSP, 2019).

De acordo com as pesquisas divulgadas, notou-se que a magnitude das agressões cometidas contra as mulheres é elevada; no entanto, os registros são somente o lado notável, a ponta do "iceberg". Do lado oposto, está o imperceptível, o

"lado submerso do iceberg", que esconde um mundo de violências não-declaradas, que é ainda mais assustador (IPEA, 2013).

É urgentemente necessário o reforço a medidas já existentes e a adoção de medidas mais severas, voltadas à efetiva proteção das mulheres vítimas de violência, ao enfrentamento da violência e à redução de desigualdades de gênero (IPEA, 2013).

Por muito tempo alimentou-se um mundo conservador e machista. Um dos ditados mais populares diz “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. A interferência em conflitos familiares não era aceita, a vida era particular e cada um tinha o direito e o poder de manter a ordem sobre a sua vida; o poder judiciário e a sociedade não se importavam com os atos violentos, e acabavam impugnando um mundo obscuro de agressões (NECKEL, 2015).

As denúncias começaram a ocorrer no início dos anos 80, sob as manifestações das mulheres, que denunciavam os maus tratos, espancamentos, assassinatos, como também, a frequente absolvição em nome da “legítima de-fesa da honra” de seus agressores (ARAUJO, 2008).

Conquistas importantes para o combate à violência contra a mulher começaram a surgir a partir da luta da militância feminista, e, em outubro de 1980, foi criado um dos primeiros serviços, o SOS Mulher, um serviço de atendimento direto às mulheres vítimas de violência. Em 1985, surgiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, e os Conselhos Municipais e Estaduais (DINIZ, 2006).

Além disso, no ano de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha. E o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, foi lançado em 2007.

Em março de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104/15, a Lei do Feminicídio, que altera o Código Penal, incluindo mais uma modalidade de homicídio, o praticado contra mulheres por razões de condição de sexo feminino (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018).

Um dos mais recentes avanços no combate da violência contra a mulher foi a criação da Lei do Feminicídio, Lei 13.104/2015, sancionada em março de 2015, que classifica como crime hediondo e com agravante o que acontece em situações de vulnerabilidade (FLACSO, 2015).

Entendendo que a rede de enfrentamento configura-se como o conjunto de ações e serviços de diferentes setores, Centros de Referências, Casas-Abrigo, Delegacias Especializadas, Promotoria Especializada, Defensoria da mulher e Juizado de violência, e que devem trabalhar em parceria para garantir a integralidade dos atendimentos às mulheres, conforme Figura 2 (TELES, 2014).

Neste sentido, a legislação brasileira apresenta algumas conquistas em relação ao combate à violência contra a mulher:



CAMINHOS DO ATENDIMENTO

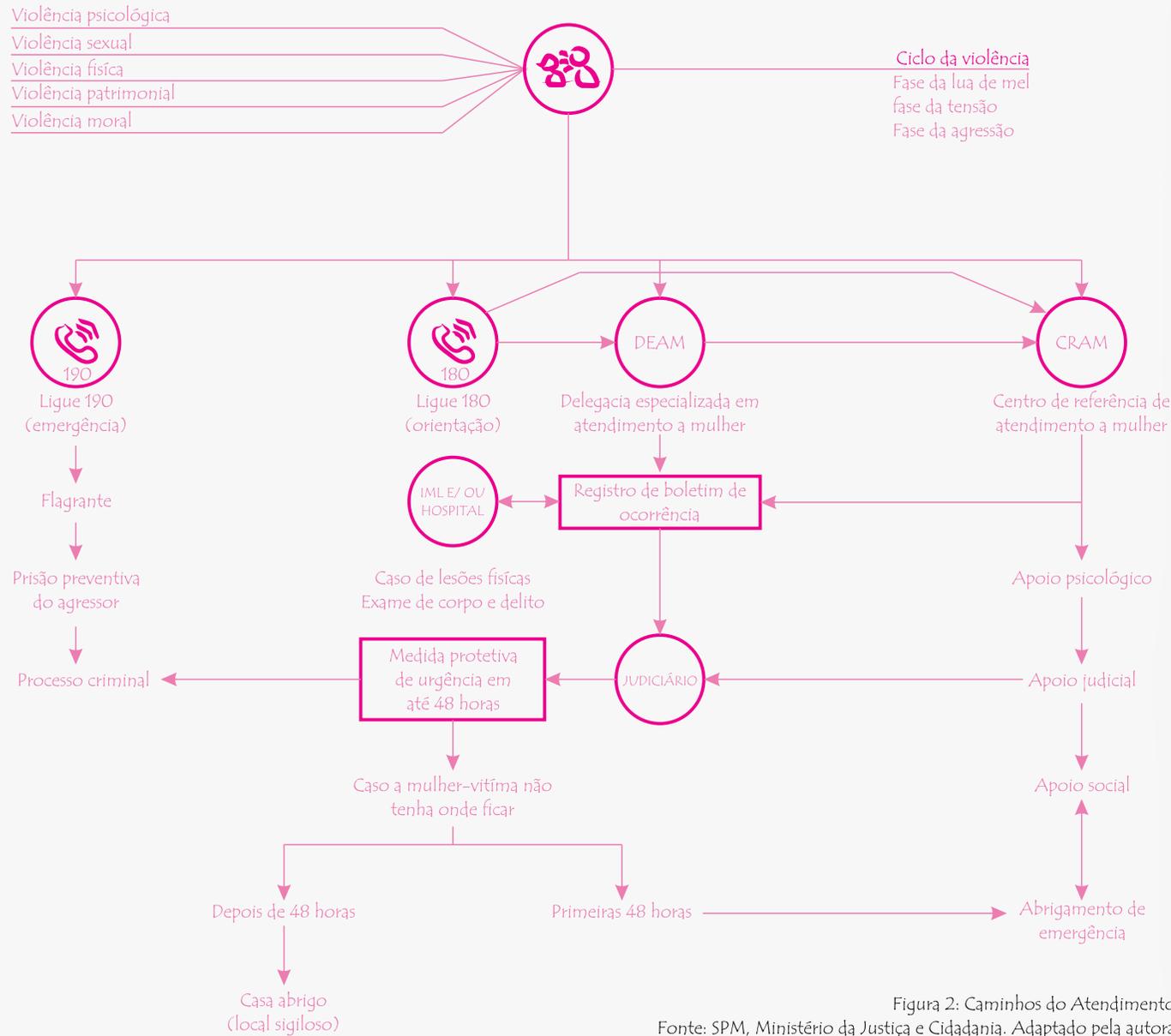
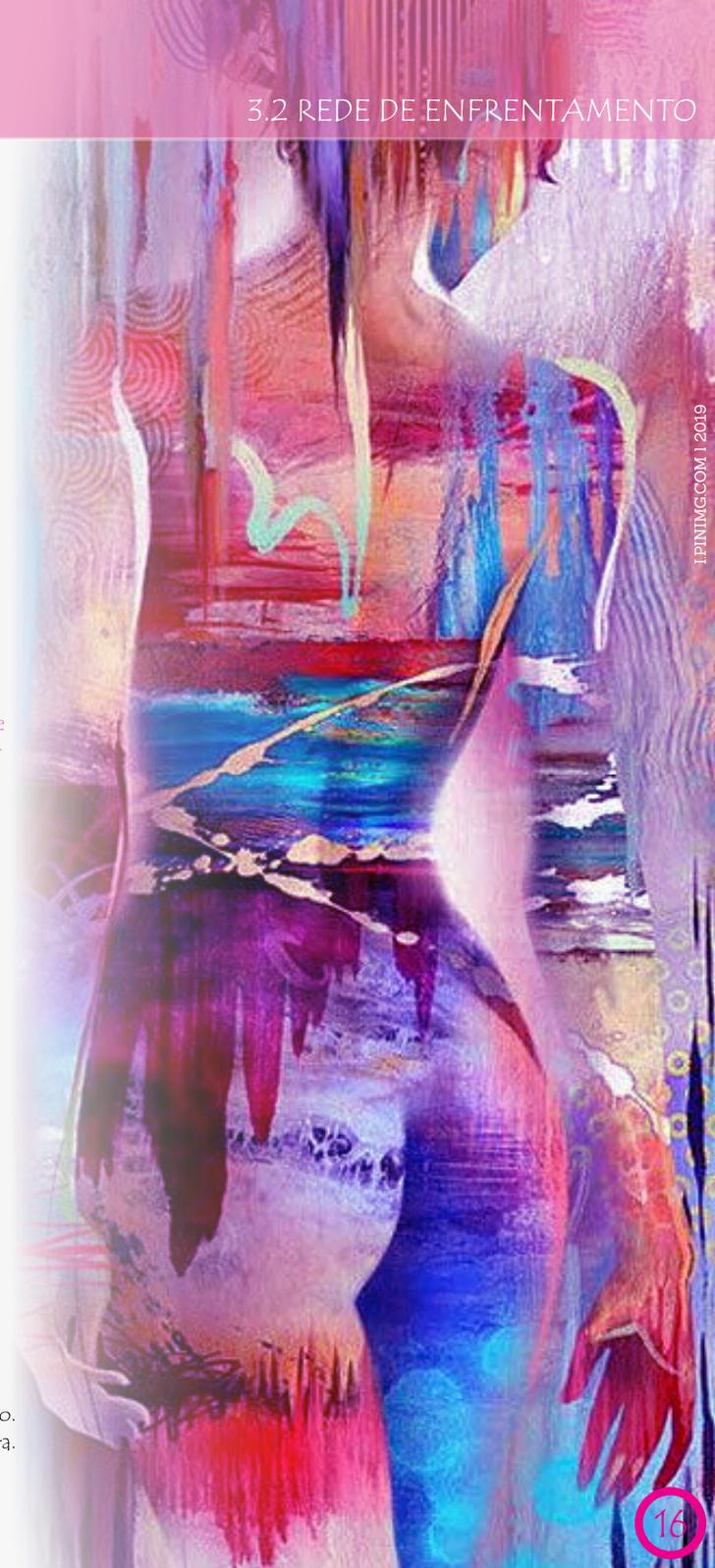


Figura 2: Caminhos do Atendimento.
 Fonte: SPM, Ministério da Justiça e Cidadania. Adaptado pela autora.



3.2.1 LEI MARIA DA PENHA - LEI 11.340/2006

Maria da Penha Maia Fernandes, mais conhecida como Maria da Penha, nasceu na data de 1 de novembro de 1945, em Fortaleza-CE. Formou-se farmacêutica na Universidade Federal do Ceará, e mestra em Parasitologia em Análises Clínicas, na Universidade de São Paulo.

Casou com o Colombiano Marco Antônio, um companheiro amável, educado e solidário que mudou a partir da mudança de Estado do casal, para Fortaleza, e a partir do nascimento de suas filhas. O ciclo da violência formou-se. Intolerância, comportamento explosivo, ato de violência, arrependimento, até o ano de 1983, quando Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de homicídio, primeiro um tiro nas costas que a deixou paraplégica e, posterior à sua volta do hospital, o marido tentou eletrocutá-la durante o banho (IMP, 2019).

O poder judiciário também foi o autor de agressão contra Maria da Penha. Julgado e condenado duas vezes, seu agressor saiu em liberdade, sob alegação de irregularidades processuais, uma agressão a que muitas mulheres são submetidas todos os dias. O caso ganhou uma dimensão internacional, após Penha publicar, em 1994, seu livro "Sobrevivi... posso contar". A Comissão Interamericana de Direitos

Americanos, responsabilizou o Estado por negligência, omissão e tolerância à violência praticada contra as mulheres (IMP, 2019).

Sancionada e promulgada em 7 de agosto de 2006, pelo então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (IMP, 2019).

A lei tipificou a violência, como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres, ocorrida em qualquer relação íntima de afeto (BRASIL, 2006).

A lei trabalha toda a cadeia da violência, organizada em três eixos de intervenção. O primeiro trata das punições da violência com medidas criminais, incluindo prisão em flagrante, retomada do inquérito policial e o veto da Lei 9099/95; o segundo eixo concentra-se nas medidas de proteção e dos direitos das mulheres; e o terceiro, nas medidas de prevenção e de educação, impedindo a violência e a discriminação contra as mulheres (MENEGHEL et al., 2013)

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Lei é a terceira melhor do mundo no combate ao enfrentamento da violência contra a mulher. Divulgada pela SPM/PR (2011b), entre 2006 e 2011, a lei já

teve como resultado, 68.905 processos instaurados nas Varas e Juizados Especializados, 26.410 prisões em flagrante, e 4.146 prisões preventivas.

“ A história de Maria da Penha significava mais do que um caso isolado: era um exemplo do que acontecia no Brasil sistematicamente sem que os agressores fossem punidos ”

(IMP, 2019)

3.2.2 LEI DO FEMINICÍDIO - LEI 13.104/ 2015

Uma das mais recentes intervenções do Estado, foi o sancionamento, em março de 2015, da Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio, uma ferramenta para dar maior visibilidade ao fenômeno social que é o assassinato de mulheres por questão de gênero (FLACSO, 2015).

O Femicídio é um agravante do homicídio, cada vez que o assassinato acontece por razões de condição do gênero, o ato transforma-se em homicídio qualificado. Quando o crime acontece em situações específicas de vulnerabilidade, como com mulheres menores de idade ou acima dos 60 anos, na presença dos pais, avós ou filhos, durante a gravidez ou pós-parto, a pena de 12 a 30 anos de reclusão, aumenta em até 50%, por morte de Femicídio (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018).

Conforme mostra a Figura 3, ocorreu um aumento de 38,3% dos casos, em 2016. O número de ocorrências registradas por morte de Femicídio aumentou em 172 casos, desta maneira, demonstra-se que não basta punir, é necessário aumentar a rede de proteção e também mudar a "cultura" do agressor, fazendo com que ele entenda o ato que cometeu (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018).

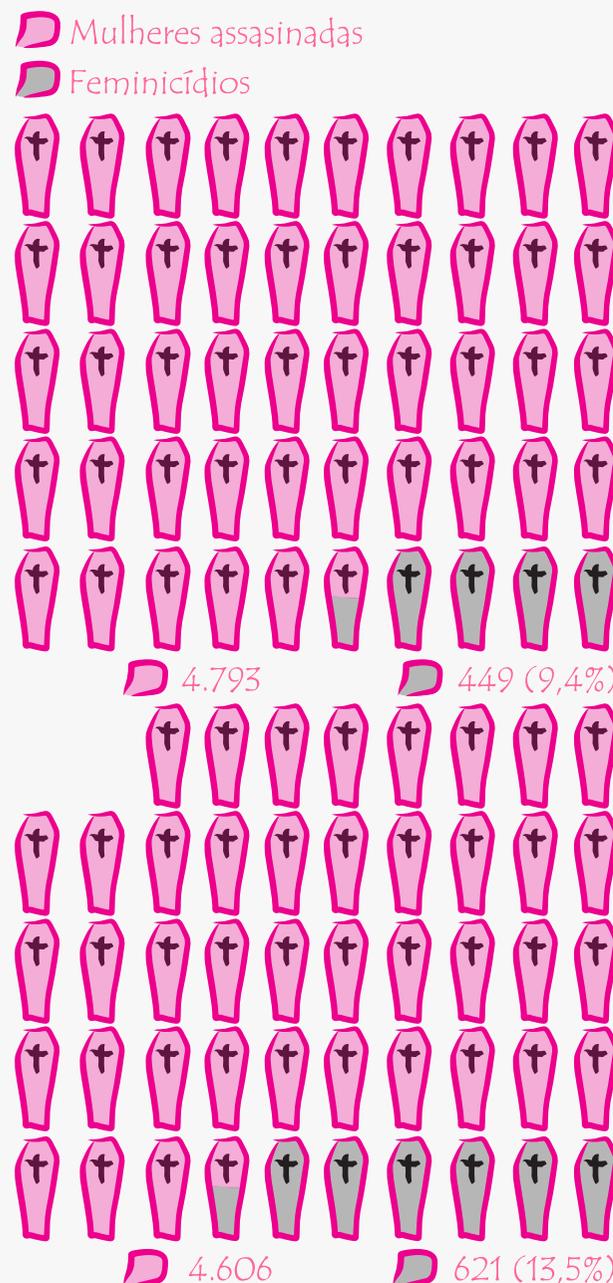


Figura 3: A Escala de Crime no Brasil.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Adaptado pela autora.

“ O direito de viver não é um direito sobre a vida, mas à vida, no sentido de correlativo da obrigação de que os outros homens respeitem a nossa vida ”

(HUNGRIA, 1979, apud BITTENCOURTH, SILVA e ABREU, 2019)

3.2.3 PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Visando propor soluções para a complexa questão que envolve mulheres em situação de violência, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em agosto de 2007, consiste em um acordo para o planejamento da implementação de políticas públicas ao combate à violência, entre os governos federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2010).

Com base em quatro eixos estruturantes, o Pacto entende que a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, prevendo a implementação do ciclo completo do atendimento, nas mais diferentes esferas da vida social, como na educação, trabalho, saúde e segurança, conforme Figura 4 (BRASIL, 2010).

Essa junção intersetorial, resulta em ações que interferem no padrão machista ainda presente na sociedade brasileira, desconstruindo a desigualdade e a discriminação de gênero, promovendo o empoderamento das mulheres (BRASIL, 2010).

As redes de enfrentamento à violência contra a mulher, foram construídas em um espaço curto de tempo e sua evolução vem acontecendo com o passar dos anos, diante da complexidade de um problema público (BRASIL, 2011b).

Para uma eficaz efetividade das ações, é necessário que todos os serviços e instituições atuem de forma integrada e articulada, contudo, não basta somente ter qualificação nos serviços, é de suma importância a disseminação da informação, para que mobilizações informativas, educativas e culturais ocorram, visando combater à violência praticada contra as mulheres (BRASIL, 2011b).

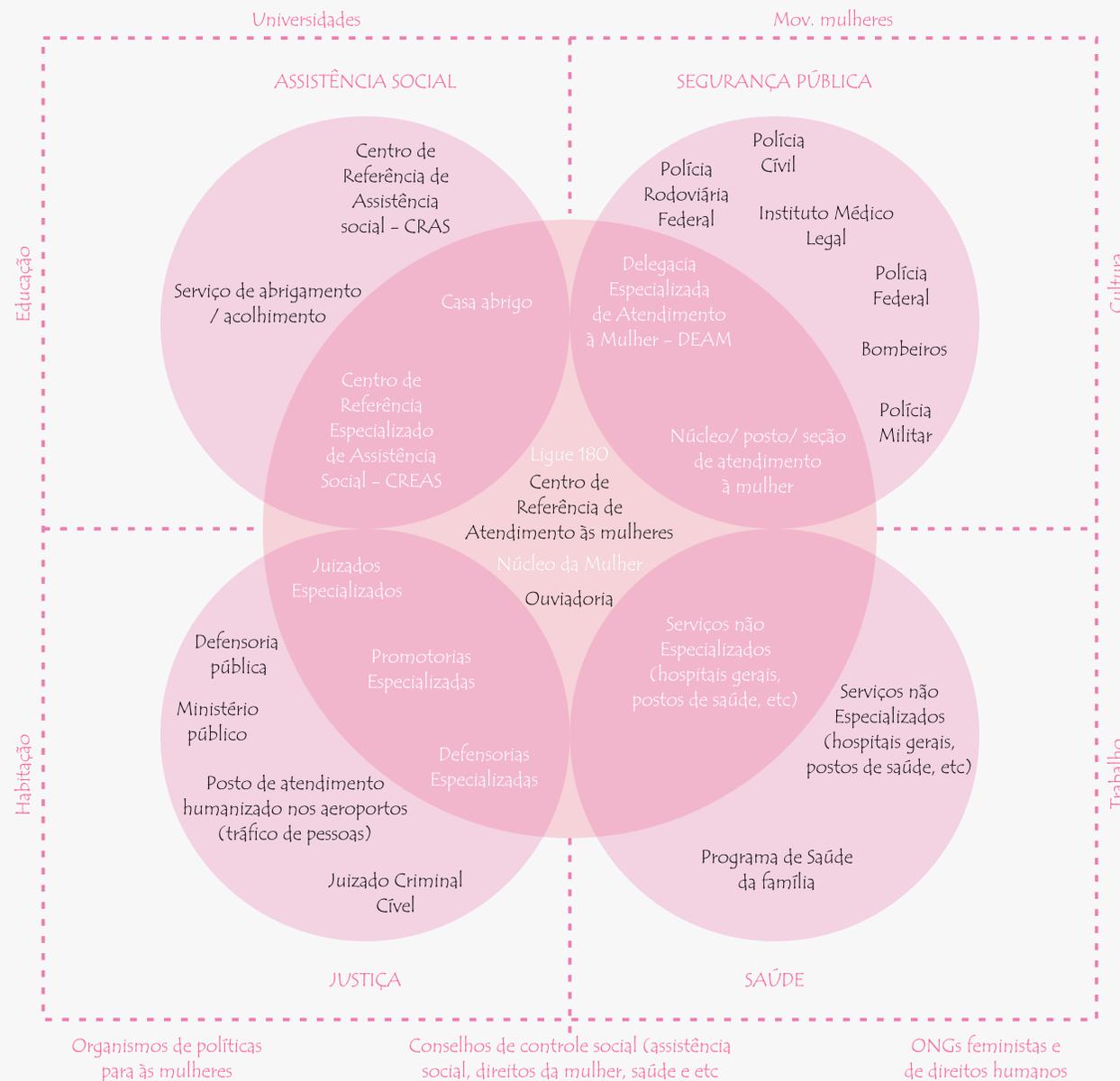


Figura 4: Ciclo Completo de Atendimento. Fonte: BRASIL, 2010. Adaptado pela autora.

É necessário entender primeiro a definição de Casa, Lar e Abrigo, para depois compreender a função da Casa-Abrigo.

Segundo a definição, Casa é uma construção destinada à habitação, um objeto material; Lar tem um valor emotivo, de troca de experiências familiares e Abrigo, por sua vez, é um lugar que se destina a abrigar, um local de proteção (DICIO, 2019).

Assim sendo, a Casa-Abrigo é um equipamento que deve exercer, ao mesmo tempo, as três funções; um espaço de segurança que separe o público do privado e que recupere e reestabeleça vínculos familiares.

Nesse sentido, uma das primeiras políticas de assistência às mulheres em situação de violência, consiste na implantação da Casa-Abrigo. E o primeiro equipamento no território brasileiro, foi implantado na Cidade de São Paulo, no ano de 1986. Na década de 90, foram criados outros exemplares, em São Paulo, Ceará e Distrito Federal (SPM, 2011a).

A Casa-Abrigo tem como atribuição acolher e proteger, em espaços seguros, as mulheres e seus filhos em situação de risco de vida iminente, resgatando e fortalecendo sua autoestima, exercitando sua autonomia, e garantindo o seu direito como cidadãos (SPM, 2011b).

O Termo de Referência para Implementação de Casas-Abrigo, trata a Casa como um serviço público de caráter

sigiloso e temporário, que oferece moradia e atendimento integral. O sigilo tem sido rediscutido com veemência, visto que, nem sempre, garante a proteção das vítimas, portanto, tem se buscando outras alternativas de manter os usuários em segurança, como a garantia de policiais ou guardas femininas, parcerias de cooperação técnica, articulação com a comunidade, exigência de boletim de ocorrência, a não divulgação do endereço e a não utilização de placas de identificação (SPM, 2011a).

O encaminhamento das mulheres para a Casa-Abrigo é realizado através de serviços especializados, por meio de uma avaliação da gravidade do caso, que consiste na escuta da mulher e a aplicabilidade de instrumentos para mensurar o nível de risco da situação, em razão que o encaminhamento deve ocorrer apenas em situações extremas, de mulheres que correm risco iminente de morte, visto que perdem temporariamente os vínculos sociais e familiares (SPM, 2011a).

O Decreto Regulamentar nº 1/2006, introduziu um conjunto de normas técnicas para regulamentar aspectos da organização e funcionamento das Casas-Abrigo. O caráter de abrigo deve ser transitório, não superior a 180 dias, a implantação do equipamento deve acontecer quando verificada a necessidade real da comunidade, deve ser em zona residencial, próximo aos serviços públicos de ensino e saúde.

O número máximo de usuários não deve ultrapassar o limite de 30 pessoas, incluindo mulheres e seus filhos menores de idade. A equipe técnica permanente deve ser interdisciplinar, composta por psicóloga e assistente social, e a equipe de apoio técnico, deve ser composta por advogado, nutricionista, pedagoga, enfermeiro, educadora social, e ainda deve dispor de uma equipe operacional.

O alojamento pode ocorrer de maneira coletiva ou com apartamentos individuais, contendo espaço para acolhimento, sala de convívio, sala de refeições, cozinha, lavanderia, espaços para crianças, dependências sanitárias, dormitórios com possibilidade de mais de uma cama, entre outras dependências, todos os espaços devem cumprir a Norma de Acessibilidade.

O enfrentamento ao problema da violência doméstica e de gênero é complexo. Assim, é fundamental que exista uma junção entre a conscientização da sociedade e o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas e setores sociais, para que se crie uma base sólida com o compromisso do respeito e a igualdade nas relações de gênero (SPM, 2003).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados instrumentos que possibilitam um melhor entendimento da realidade à cerca do tema violência contra a mulher. Foram realizadas visitas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva Mulher, a fim de entender como acontece o atendimento, como também, o tratamento dado pelos órgãos públicos às mulheres que necessitam de acompanhamento. Outro instrumento utilizado, foi a visita ao local de abrigamento, Casa-Abrigo Regional Jacobina Maurer, com caráter exploratório para entender todo o funcionamento do objeto deste trabalho.

Ainda, recorreu-se à coleta de dados em pesquisas bibliográficas, tais como, livros, monografias, reportagens, sites, instrumentos oficiais e legislações pertinentes, para estabelecer parâmetros, com o propósito de compreender as reais necessidades do projeto que será desenvolvido.



4.2.1 VISITA AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VIVA MULHER

A visita técnica ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva Mulher, aconteceu com o intuito de realizar uma entrevista para compreender o funcionamento do espaço.

O referido centro está localizado na Avenida Pedro Adams Filho, na Cidade de Novo Hamburgo, sob a coordenação da psicóloga Elis Regina. Foi aplicado uma entrevista semiestruturada com a coordenadora, no dia 20 de março de 2019.

Segundo a entrevistada, o Centro de Referência Viva Mulher (CRM) foi inaugurado no ano de 2011, com recursos adquiridos pelo Programa Federal de Políticas para Mulheres, no entanto, essa configuração funcionou somente até o ano de 2016, quando cessaram as verbas do programa.

Devido à falta de verbas públicas, a partir do ano de 2016, viu-se a necessidade de uma reformulação no Centro para que não ocorresse o fechamento do espaço. Em janeiro de 2019, o centro foi reinaugurado, agora intitulado Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva Mulher, um serviço integrado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da cidade de Novo Hamburgo, com a transformação, o município pode buscar verbas federais para

a manutenção e continuidade do serviço especializado à mulher.

Conforme a coordenadora, com a ampliação, os públicos atendidos passam a ser as famílias com crianças em acolhimento institucional, para que essas possam retornar a sua família de origem, além da continuidade do atendimento às mulheres em situação de agressão.

A equipe de trabalho é formada por com 14 profissionais, sendo duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma assessora jurídica, um assistente administrativo, quatro estagiários, um motorista, uma recepcionista e um serviços gerais, além da coordenadora. No entanto, ela enfatiza que faltam funcionários para abranger todo atendimento.

Os atendimentos no Centro buscam desenvolver a autonomia, a autoestima, o bem-estar e as potencialidades da mulher acolhida, para que se fortaleça nas situações de opressão e risco.

Segundo a coordenadora, em média, ocorrem de 15 a 17 novos casos por mês, e em janeiro/2019, 20 novas vítimas foram atendidas, e no total, 80 casos são acompanhados até o desligamento do serviço. O trabalho do acompanhamento ocorre geralmente por um mês, porém, depende da especificidade de cada ocorrência.

Os atendimentos são exclusivos para o

Município de Novo Hamburgo, devido à magnitude do problema, e são encaminhados pela Rede, ou de forma espontânea. Para Elis, os agressores são homens com algum vínculo conjugal e eventualmente acontece de ocorrer entre filhos e mães, devido outro problema social, que é o tráfico de drogas.

Outro aspecto pontuado na entrevista, é a faixa etária das vítimas. Mulheres de 18 anos até a fase idosa são atendidas; entretanto, segundo a coordenadora, tem acontecido frequentemente a ocorrência de atendimentos a mulheres menores de idade, que estariam ligados diretamente ao uso excessivo dos aplicativos de namoro disponíveis na internet, do modo, que a pessoa larga toda a sua vida em outro Estado e acaba sofrendo violência em Novo Hamburgo, resultando na procura por ajuda no Município.

Perguntada para onde as Mulheres seriam encaminhadas em caso de necessidade de abrigo, Elis pontuou que em Novo Hamburgo não existe nenhum espaço especializado que realize o abrigo das mulheres, e caso seja necessário, é tentada uma parceria com a Casa Vânia Araújo, situada em Porto Alegre, porém, a dificuldade de conseguir é grande. Elis ressaltou que é fundamental que seja implementada uma Casa-Abrigo na região, para acolher a demanda, e que esta, preferencialmente, não seja localizada em Novo Hamburgo.

A última abordagem foi a estrutura do espaço físico. O Centro possui uma sala de recepção, uma sala de apoio, duas salas de atendimento (Figura 4), uma sala de grupos (Figura 5), uma sala de jantar (Figura 6), uma cozinha (Figura 7), uma sala de administração (Figura 8), uma sala de coordenação (Figura 9), possui, ainda, um anexo com mais duas salas. No entanto, como se trata de uma adequação de uso e não de um projeto elaborado para essa finalidade, os espaços não são elaborados da melhor forma.



Figura 5: Sala de Atendimento.
Fonte: disponibilizada pelo centro.



Figura 8: Cozinha.
Fonte: disponibilizada pelo centro.



Figura 6: Sala de Grupos.
Fonte: disponibilizada pelo centro.

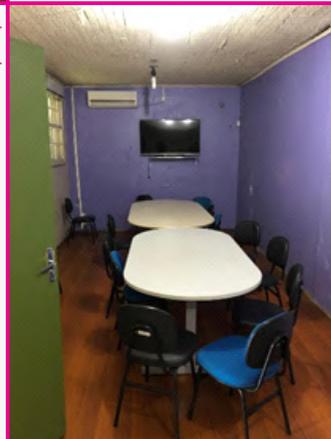


Figura 9: Sala Administrativo.
Fonte: disponibilizada pelo centro.



Figura 10: Sala da Coordenação.
Fonte: disponibilizada pelo centro.



Figura 7: Sala de Jantar.
Fonte: disponibilizada pelo centro.

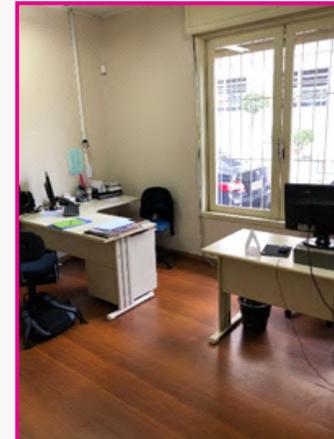


Figura 4: Sala de Atendimento.
Fonte: disponibilizada pelo centro.

4.2.2 VISITA À CASA-ABRIGO REGIONAL JACOBINA MAURER

A visita técnica à Casa-Abrigo Regional Jacobina Maurer, foi realizada com a intenção de entender a estrutura de um abrigo, bem como, seu funcionamento, qualidades e melhorias necessárias. Também foi realizada uma entrevista com a coordenadora da Casa, para absorver melhor o caminho realizado no atendimento às vítimas.

A referida Casa-Abrigo foi inaugurada em junho de 2016. Está situada no Município de Sapiranga, com endereço fixo; entretanto, o mesmo encontra-se em sigilo. Por se tratar de uma Casa Regional, ela atende demandas dos Municípios de Sapiranga e Esteio, através de convênios firmados e é administrada pelo Município de Sapiranga.

A entrevista foi concebida pela coordenadora do espaço, Danuza. Segundo a entrevistada, a Casa-Abrigo possui espaço para acolhimento de até 20 pessoas, entre mulheres e seus filhos menores de 12 anos. O fluxo de entrada é bastante intenso e varia muito de semana para semana.

Os ambientes da casa são: três dormitórios coletivos com beliches; um banheiro coletivo, com três cabines de banho e três sanitárias; uma sala de estar; lavanderia; cozinha; refeitório; uma sala de

reuniões juntamente com o controle de segurança; uma sala de atendimento técnico; uma sala administrativa; dois depósitos para alimentos e materiais de limpeza, e um pátio que contém pracinha, espaço para piquenique e churrasco, conforme o fluxograma da Figura 11. O exterior da casa é cercado com muros altos, cerca elétrica e não possui identificação.

O quadro de funcionários é composto por 14 profissionais, distribuídos entre coordenação, psicóloga, assistente social, monitoras, cozinheiras, serviços gerais e vigilantes.

O abrigamento acontece de acordo com as denúncias na Coordenadoria da Mulher de Sapiranga, de maneira espontânea, e só é realizado quando a mulher recebe a medida protetiva do juizado, podendo permanecer na Casa-Abrigo até o final dela. Quando acontece o desligamento às vítimas, se necessário, são encaminhadas

para a rede de trabalho e para o aluguel social, e, a partir desse momento, o município se isenta da responsabilidade. necessário, são encaminhadas para a rede de trabalho e para o aluguel social, e, a partir desse momento, o município se isenta da responsabilidade.

Os serviços oferecidos às mulheres vítimas de agressão e seus filhos, são acompanhamento médico, psicológico e social, para as mulheres vítimas da agressão e seus filhos. De acordo com a coordenadora, as abrigadas podem seguir sua vida normalmente, trabalhando e estudando, podem sair da Casa-Abrigo em qualquer momento, no entanto, sempre acompanhadas. As utentes têm o livre direito de se desligar do abrigo em qualquer momento.

Segundo a entrevistada, a faixa etária das mulheres abrigadas é em torno dos 25

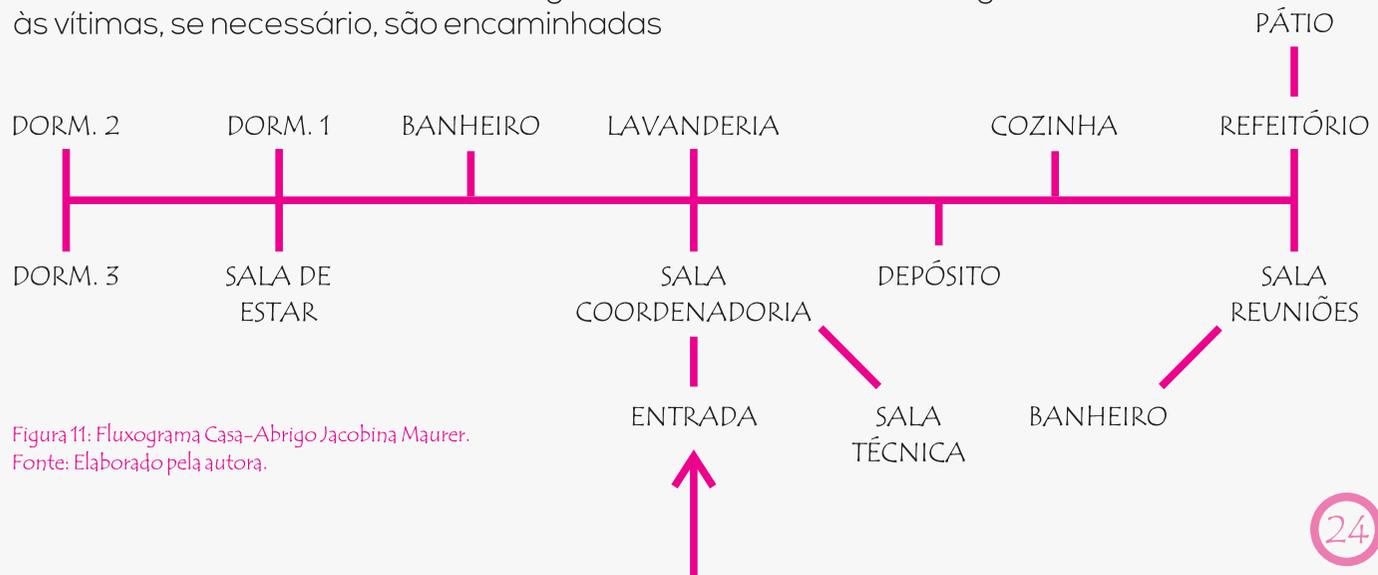


Figura 11: Fluxograma Casa-Abrigo Jacobina Maurer. Fonte: Elaborado pela autora.

A coordenadora salientou que a identidade do lar precisa ser mantida sem sigilo, com a finalidade de as utentes não perderem a referência de aconchego e bem-estar de um lar. Outro fato pontuado na entrevista é a falta de Casas Abrigos na região, e para a entrevistada é de suma importância que cada município possua a sua Casa-Abrigo, pela amplitude da demanda.

Após a entrevista e o reconhecimento do local, percebe-se que a Casa-Abrigo Regional Jacobina Maurer respeita todos os direitos das mulheres e seus filhos, deixando as vítimas livres para suas tomadas de decisões. Outro atributo bastante relevante é a autonomia que se dá às abrigadas, como lavar suas roupas e cuidar de seus filhos.

No âmbito arquitetônico, a Casa-Abrigo comporta as necessidades, no entanto, os ambientes coletivos poderiam ser (ainda) maiores e individualizados, para assegurar a intimidade das vítimas. Uma deficiência observada, é a falta de espaços recreativos, mesmo que contenha um pátio imponente, faltam espaços para as crianças, como uma brinquedoteca.

Espaços para oficinas de apoio, como artesanato e cursos, também não existem. Hoje as oficinas acontecem na Coordenadoria da Mulher, mas é necessário que estes espaços façam parte do planejamento do espaço.

A Casa-Abrigo funcionaria de maneira melhor, caso ela tivesse suas áreas

separadas, em áreas administrativas e áreas de abrigo, um pátio também é fundamental no projeto de uma Casa-Abrigo. Na questão de segurança, o sigilo deve ser mantido, abrindo as funções da casa para o interior e não para o exterior.



É PRECISO TER CORAGEM PARA SER MULHER NESSE MUNDO. PARA VIVER COMO UMA. PARA ESCREVER SOBRE ELAS.



THINKOLGA.COM

5.1.1 ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Arquitetos: Amos Goldreich Arquitetura, Jacobs Yaniv Architects

Localização: Tel Aviv-Yafo, Israel

Ano do Projeto: 2018

Área construída: 1600m²

Área do terreno: 800m²

De acordo, com a Figura 12, as fachadas externas são fechadas, seguras e protetoras, e as internas são lisas e delicadas, se abrindo para o pátio interno. Percebe-se através das análises das Figuras 13 e 14, uma organização dos espaços e fluxos, separando ao máximo as áreas administrativas das acomodações internas. As acomodações dos usuários acontecem de forma individualizada, no entanto, um grande pátio interno, considerado um "santuário verde", conectada os espaços privados aos coletivos, tornando-se um ponto de encontro (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2019).



Jardim Terapêutico



Fachada interna, com muitas aberturas



Corredor interno semiaberto

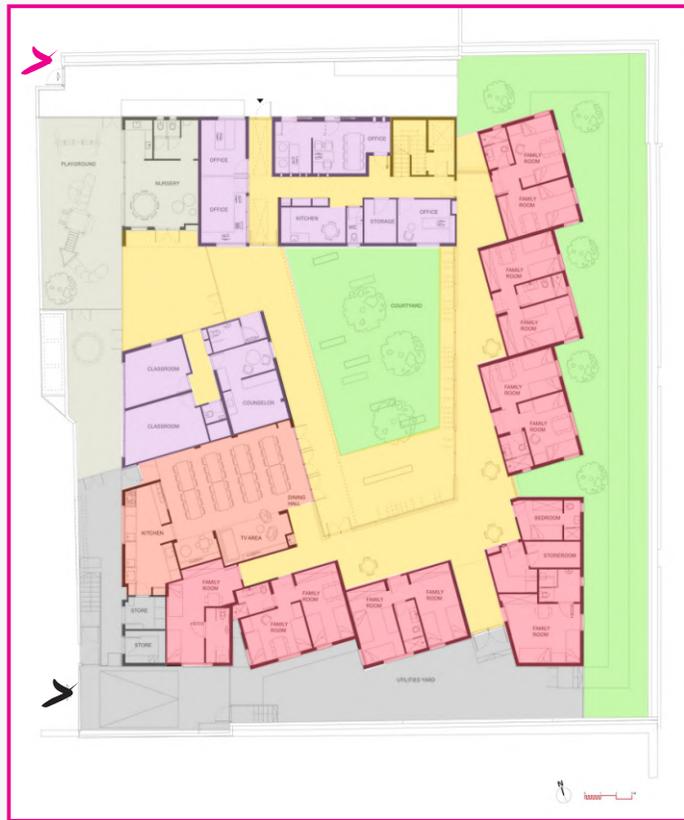


Fenestração apenas para iluminação e ventilação

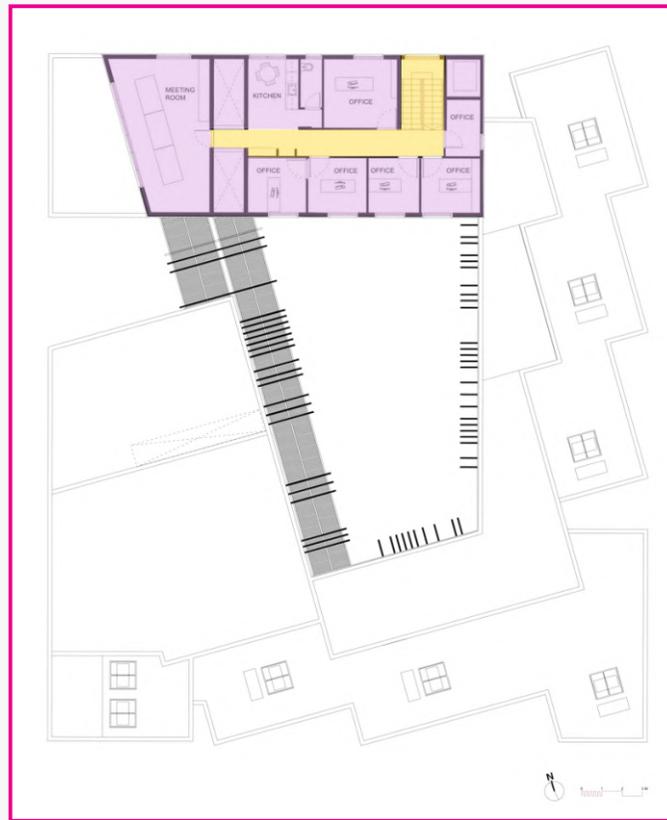


Fachada externa fechada

Figura 12: Abrigo Para Vítimas De Violência Doméstica. Fonte: Amos Goldreich Arquitetura.



Planta Baixa - Pav. 1



Planta Baixa - Pav. 2



Corte BB

Figura 13: Plantas Baixas e Corte.
Fonte: Amos Goldreich Arquitetura. Adaptado pela autora.

- Áreas Íntimas
- Áreas Coletivas
- Áreas Administrativas/ Funcionários
- Área de Recreação infantil - Berçário
- Circulação

- Áreas de Serviço
- Pátio Interno e Externo
- Acesso Principal
- Acesso Serviço

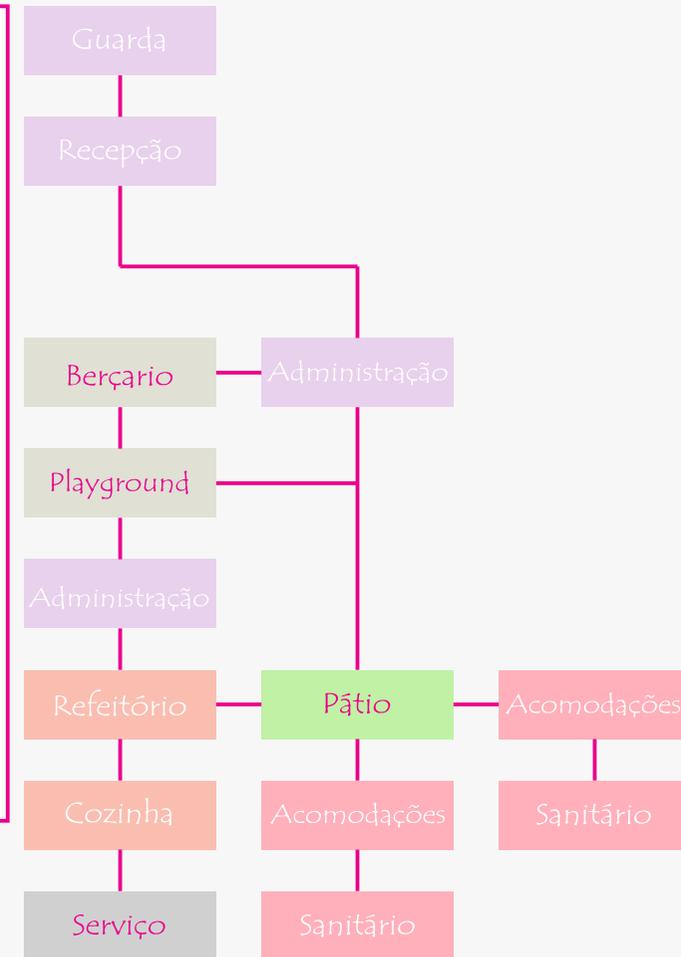
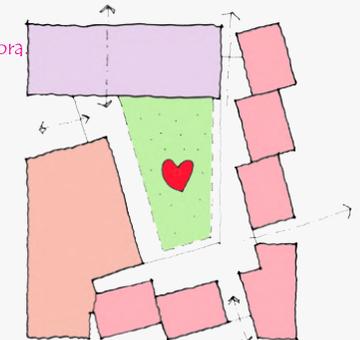


Figura 14: Fluxograma.
Fonte: Elaborado pela autora



5.1.2 CASA ALBERGUE KWIECO

Arquitetos: Hollmén Reuter Sandman Architects

Localização: Moshi Urban, Tanzânia

Ano do Projeto: 2015

Área construída: 423m²

Área do terreno: 800m²

O uso de formas puras e simples, estabelecem uma arquitetura silenciosa que respeita a cultura local e a hierarquia espacial (Figura 15). A edificação foi implantada no terreno, de uma forma, que ficasse afastada da via pública, preservando a segurança e a privacidade dos usuários, conforme analisado na Figura 16. Com a análise da Figura 17 é demonstrado que os blocos abrigam diversos ambientes, distribuídos em volta de um pátio central e abertos para o interior do lote, características comuns nas Casas Abrigos, devido ao cuidado com a segurança. De acordo com a Figura 18, na composição da fachada, a distribuição de cheios e vazios, está atribuída ao conforto ambiental. Na Figura 19, foi realizado um fluxograma dos ambientes, para entender como as ligações dos ambientes acontecem

dentro do programa de uma Casa Abrigo, constatando que sempre existe um pátio central norteador das funções (HOLLMÉN REUTER SANDMON ARCHITECTS, 2019).



Pátio Central interno



Jogo cheio e vazios, estimulando a iluminação natural



Garrafas de vidros recicladas, transferindo luz

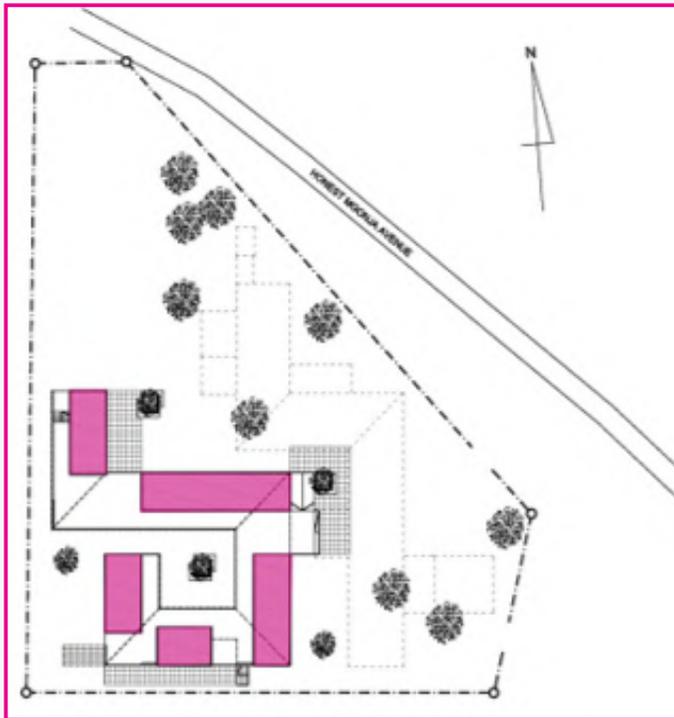


Construção com materiais locais



Cor amarela para complementar a terra vermelha.

Figura 15: Casa Albergue KWIECO
Fonte: Hollmén Reuter Sandman Architects



Planta de Implantação



Figura 16 Planta Baixa – Pav. 1



Corte AA

Figura 17: Planta Baixa e Corte.



Fachada

Figura 18

■ Cheios ■ Vazios

- Áreas Íntimas
- Áreas Coletivas
- Áreas Administrativas/ Funcionários
- Sanitários
- Circulação
- Áreas de Serviço
- Pátio Interno e Externo
- Acesso Principal

Fonte: Hollmën Reuter Sandman Architects. Adaptado pela autora.

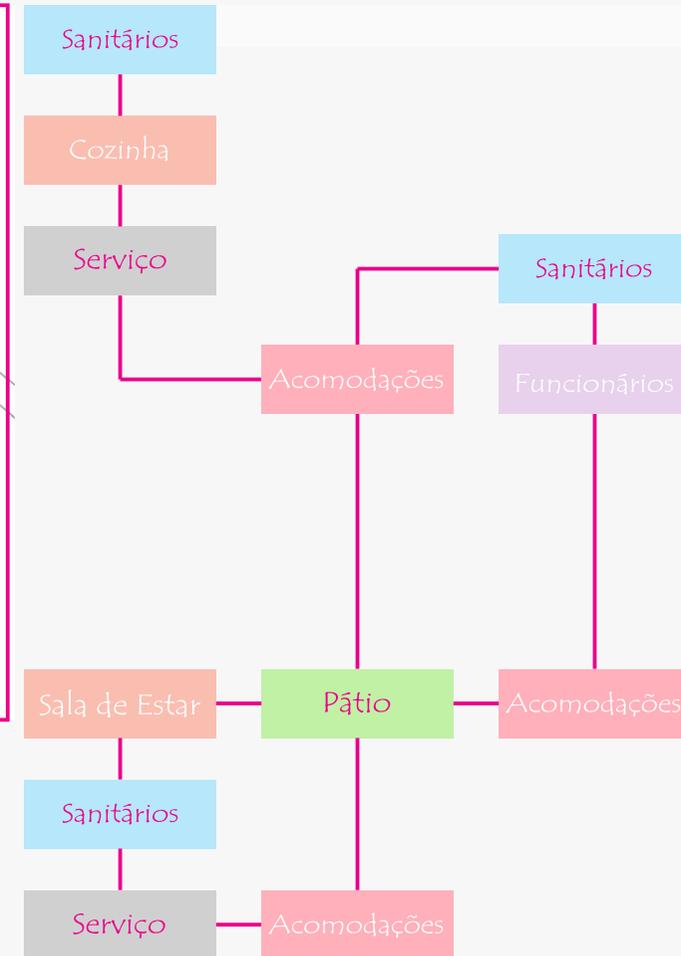


Figura 19: Fluxograma.
Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.3 CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES

Arquitetos: CEBRA

Localização: Kerteminde, Dinamarca

Ano do Projeto: 2014

Área construída: 1500m²

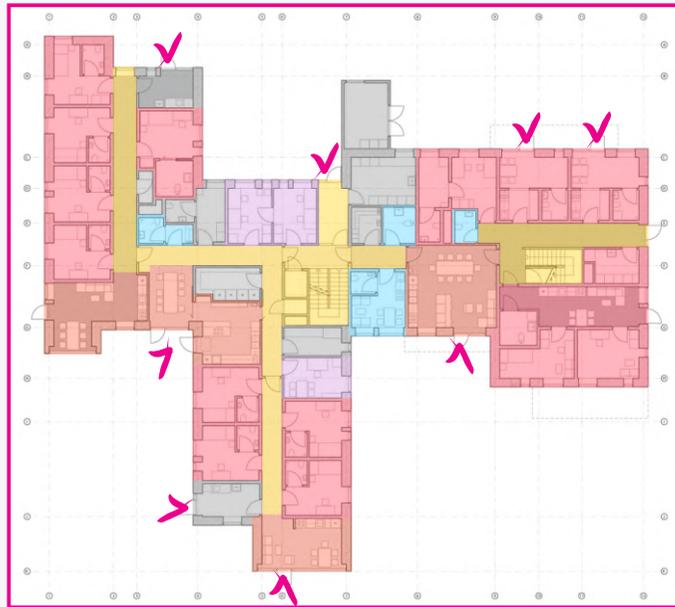
A casa de Acolhimento para Menores é um abrigo que acolhe crianças e adolescentes, com problemas comportamentais, mentais e sociais. O público alvo do projeto analisado é diferente do que será proposto nesta pesquisa, porém a escolha se deu porque o projeto fortalece a ideia de segurança e as relações sociais (CEBRA ARCHITECTURE, 2019).

As formas utilizadas são clássicas de uma casa, telhado de duas águas e sótão, para que as crianças se sintam em um ambiente acolhedor, conforme Figura 20.

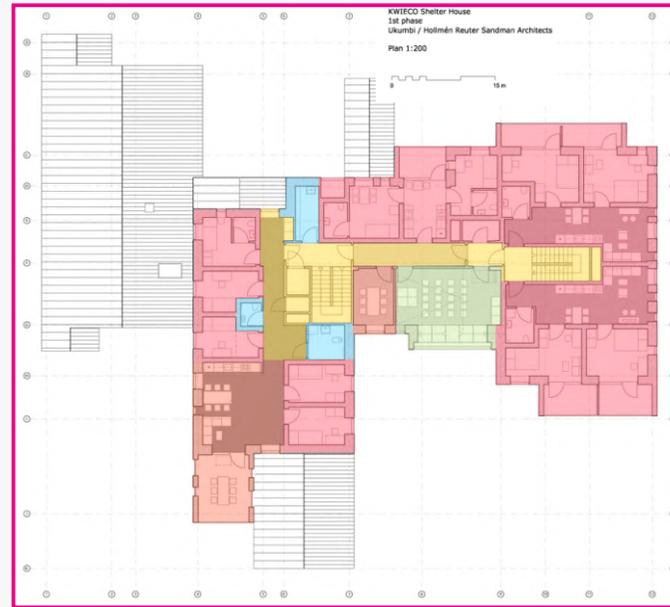
De acordo com as análises das Figuras 21 e 22, os acessos são muitos para as saídas do prédio, dando liberdade ao abrigado. O projeto é dividido em dois pavimentos, e cada grupo tem sua unidade autônoma de habitação. Diferente dos outros projetos, a área administrativa é integrada junto com as acomodações, buscando incorporar a rotina dos funcionários à rotina das crianças.



Figura 20: Casa de Acolhimento para Menores.
Fonte: Cebra Architecture.



Planta Baixa – Pav. 1



Planta Baixa – Pav. 2

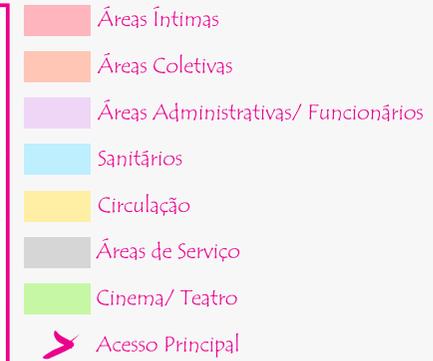


Figura 21: Planta Baixa.
Fonte: Cebrá Architecture. Adaptado pela autora.

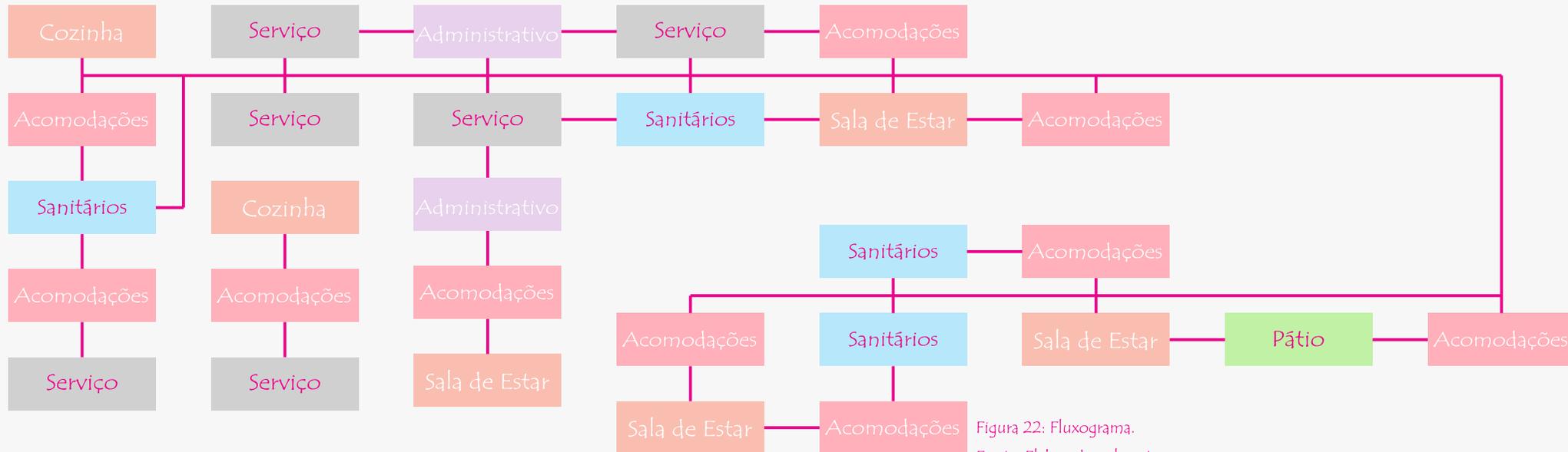


Figura 22: Fluxograma.
Fonte: Elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

5.2.1 CENTRO EDUCACIONAL STEINPARK

Arquitetos: nbundm

Localização: Freising, Alemanha

Ano do Projeto: 2013

Área construída: 1500m²

Figura 23: Centro Educacional Steinpark.
Fonte: nbundm.

Vencedor de um concurso em 2010, o programa deste projeto abriga um jardim de infância para oito grupos de crianças (NBUNDM, 2019).

O projeto analisado traz fortes aliados no processo de cura, como o uso de cores, ambientes humanizados, mobiliários, e iluminação (Figuras 23 e 24).

As fachadas externas, são silenciosas, usando apenas as fenestraçãoes necessárias para trazer iluminação e conforto térmico. Um dos requisitos mais importantes do projeto a ser desenvolvido, é a segurança (Figura 25).

Ambientes acolhedores.
Uso de cores e iluminação natural



Figura 25: Centro Educacional Steinpark.
Fonte: nbundm.

Na Figura 25, é mostrada a ligação do interior com o exterior. Fundamentalmente, o edifício deverá se abrir para o interior, usando a transparência e pátios internos, como forma de ligação entre as pessoas (NBUNDM, 2019).



Figura 24: Centro Educacional Steinpark.
Fonte: nbundm.

5.2 REFERÊNCIAS FORMAIS

Figura 26: Centro Educacional Steinpark.
Fonte: nbundm.

Fachada externa com poucas aberturas.
Somente uso de fenestraçãoes necessárias.

Pátio interno para atividades recreativas e convívio.

Na volumetria foram utilizadas formas puras, como os prismas. A distribuição do jogo de volumes remete à hierarquia dos espaços. A neutralidade das formas, faz com que as pessoas se sintam confortáveis no ambiente, conforme Figura 27 (CORBELLA, 2008).

Volumetria simples. Formas puras

Figura 27: Centro Educacional Steinpark.
Fonte: nbundm.

Figura 28: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

5.2.2 CRECHE INFANTIL TAKENO

Arquitetos: Tadashi Suga Architects

Localização: Kobe, Hyogo, Japão

Ano do Projeto: 2013

Área construída: 498m²

Área do terreno: 697.88m²

Quando o edifício tem como função ser um ambiente de tratamento a mulheres vítimas de violência, é necessário que nestes ambientes se utilize técnicas que aliem arquitetura e psicologia.

Formas Puras

Figura 30: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

Uso de vidros

Segundo Tadashi Suga Architects (2019), o sentimento de opressão, é suavizado com o uso de volumetrias puras (Figura 28) e de revestimentos, como, a madeira, o vidro e o concreto branco conforme Figuras 29 e 30

De acordo com as Figuras 31 e 32, a segurança se dá pelo fato de as fachadas externas serem fechadas, ao mesmo tempo, que as internas são transparentes, proporcionando um ambiente de integração e trocas (TADASHI SUGA ARCHITECTS, 2019).

Figura 32: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

Planta com Pátio Jardim Interno

Na Figura 32, é utilizada a psicologia ambiental. A fusão do edifício com a natureza, resultando em um pátio interno.

Conforme Figura 33, ambientes harmônicos aliados ao conforto ambiental, contribuem para o caminho da cura (PINHEIRO, 1997).

Fenestração para o interior

Figura 29: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

Uso de vidros

Figura 31: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

Utilização de luz natural

Figura 33: Creche Infantil TAKENO.
Fonte: Tadashi Suga Architects.

5.2.3 CENTRO SANTA TERESA

Arquitetos: IF_DO

Localização: Effingham, Reino Unido

Ano do Projeto: 2018

Área construída: 657m²

O projeto é uma escola independente para meninas, e a mesma tem como objetivo reconectar o ensino à paisagem natural. O edifício se divide em dois blocos discretos, unidos por passarelas que fornecem conexão visual com a natureza (IF_DO, 2019).

Eficiência de construção
Blocos Discretos

Os espaços verdes e as vidraças são distribuídos estrategicamente ao redor do edifício, para que aconteça a conexão entre interior e exterior, trazendo uma sensação de calma nos ambientes (IF_DO, 2019).

Nos conjuntos de Figuras 34 e 35, as estratégias projetuais citadas, são apontadas.

Conexão visual - Caminhos
Espaço de Circulação

Vidraças - Madeira

Espaços Verdes

Figura 34: Centro Santa Teresa.
Fonte: IF_DO.

Figura 35: Centro Santa Teresa.
Fonte: IF_DO.

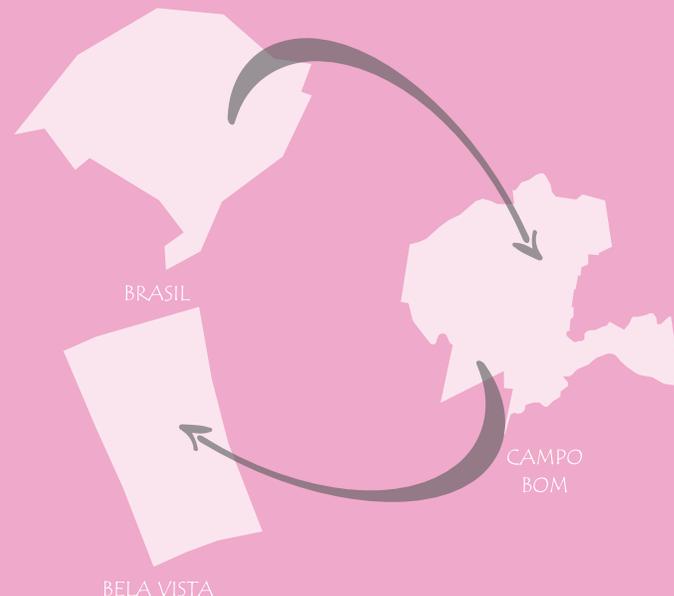
6.1 DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Campo Bom situa-se no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, e pertence ao Vale do Rio dos Sinos.

Distante 50 km da capital gaúcha, o referido município faz divisa com as cidades de Novo Hamburgo, Sapiranga e Dois Irmãos e dispõe da RS 239 com principal via de acesso.

A cidade possui aproximadamente 66.156 habitantes e uma área de 60,3km², apresentando uma densidade demográfica de 992,79 hab/km².

Campo Bom, está classificada como a terceira cidade mais desenvolvida do Rio Grande do Sul e também figura entre as 50 melhores cidades do Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 2019).



6.2 APRESENTAÇÃO DO LOTE

O lote escolhido está situado no Bairro Bela Vista, caracterizado por pertencer a uma zona intermediária, entre a zona central e os bairros residenciais.

Situada na Rua Vinte e Cinco de Julho, o lote faz esquina com as Ruas Quinze de Novembro, Rua 20 de Setembro e Rua Sete de Setembro, e encontra-se vazio e sem uso, desde o ano de 2015 (Figura 36).

Em relação a sua infraestrutura, contém chegada para a rede elétrica, abastecimento de água, esgoto e também apresenta fácil acesso através do transporte público.



Figura 36: Lote
Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.

6.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

O principal condicionante para a escolha do lote, é sua localização, em um ponto estratégico da cidade. O terreno está implantado entre equipamentos que se fazem necessários estarem próximos a uma Casa Lar, além de ter sua localização retirada da parte central da cidade, mas com boa viabilidade para a mesma.

Em seu entorno, existem equipamentos de saúde, como o Hospital Dr. Lauro Réus, centro de atendimento psicossocial, equipamentos de educação, como escola infantil, escola de ensino fundamental e técnico, equipamentos de auxílio jurídico, como o fórum e o sine, e ainda, equipamentos públicos de cultura e lazer, como o teatro e o cinema da cidade.

Por estar próximo ao terminal rodoviário e ser circundado por várias paradas de transporte público, este é também é um fator importante, visto que, favorece a chegada autônoma das mulheres que buscam por ajuda.

ÁREA DE INTERVENÇÃO

O terreno localizado na Rua Vinte e Cinco de Julho, tem ainda mais duas testadas voltadas as Rua Quinze de Novembro e a Rua Sete de Setembro.

Possui uma área total de 7121,44m², em formato retangular, no qual, será desmembrado junto ao Registro de Imóveis (Figura 38).

Através do desmembramento, a área que será utilizada é de 3714,00m², suas testadas são 70m e 53,08m². O lote encontra-se vazio e sem uso e não possui massa de vegetação. Apresenta duas curvas de níveis, sendo que uma, está quase fora de seu perímetro, tornando-se, definido sua extensão, praticamente plano (Figura 37).



Figura 37: Implantação
Escala: 1/3000. Fonte: Elaboração pela autora.

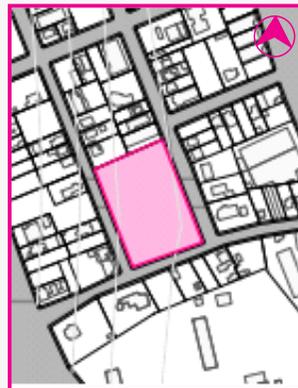


Figura 38: Lote original
Escala: 1/10000. Fonte: Elaboração pela autora.

6.4 CARACTERÍSTICAS DO LOTE 6.5 MORFOLOGIA URBANA

6.5 MORFOLOGIA URBANA

De acordo com o mapa fundo figura, Figura 39, é possível observar a granulometria das edificações do entorno. Existe uma diversidade de grãos, entre, pequenos, médios e grandes, justificado pelos diferentes usos do solo. A maioria das edificações são de pequeno porte, distribuídas em quadras ortogonais, tendo como resultado vazios urbanos não massificados.



Figura 39: Mapa Fundo Figura Escala: Indeterminada
Fonte: Elaboração pela autora.

As ruas do entorno do lote são de fluxo intenso, tanto de veículos como de pedestres, em razão de que essas ruas servem de ligação para as principais avenidas da cidade (Figura 40).

O acesso ao lote é facilitado justamente por as vias imediatas a ele fazerem a ligação com as avenidas. O terminal rodoviário também fica próximo ao lote, com algumas paradas de transporte público próximo ao terreno.

A infraestrutura próxima ao lote conta com equipamentos de uso público e privado, na área da saúde, educação, lazer e cultura. Todos os equipamentos essenciais ficam próximos ao lote, assim como demonstrando na Figura 41.



Figura 40: Sistema Viário
Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.



Figura 41: Infraestrutura
Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.

- | | | | | | | | |
|--|------------------------------------|--|-------------------------|--|----------------------|--|-----------------|
| | CAPS - Centro de Atenção | | SINE empregos | | Prefeitura Municipal | | Ciclovia |
| | Hospital Lauro Reus | | EMEF CEI | | UBS emergência | | Recurso hídrico |
| | Escola infantil SESI | | Liga feminina | | Hotel Suarez | | Vias Locais |
| | FIERGS SESI - Centro de atividades | | Estádio Sadi A. Schmidt | | Paradas de Ônibus | | Vias coletoras |
| | Fórum | | ETEC 31 de Janeiro | | Terminal rodoviário | | Vias arteriais |
| | | | | | | | Lote |

6.7 ANÁLISE DAS ALTURAS

Conforme a análise da Figura 42, percebe-se que no entorno do lote, há uma predominância de baixas alturas nas edificações, sendo que a maioria possui um ou dois pavimentos, e poucas são as edificações com a altura mais elevada, de 4 pavimentos ou mais. Uma característica a observar no projeto, é sua altura, para mimetizar o projeto com seu entorno.

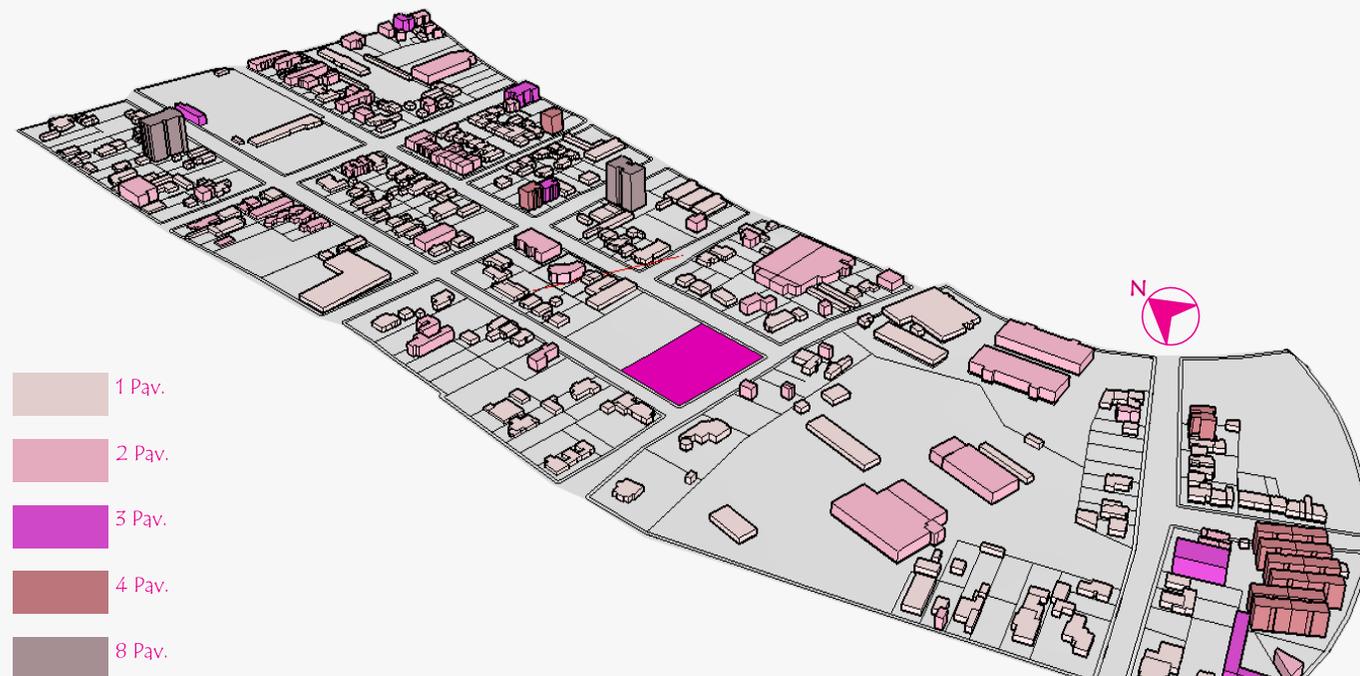


Figura 42: Alturas – escalas indefinidas
Fonte: Elaborado pela autora.

6.8 ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS

Através do levantamento dos usos das edificações, Figura 43, notou-se que o uso do solo é diversificado. de uso residencial, comercial, misto, institucional e industrial, no entanto, o predomínio são edificações uni e multifamiliares. Destaca-se que a leste do lote, as edificações são de caráter industrial e que a sul, existe uma grande área institucional, que poderá servir de apoio ao projeto pretendido.

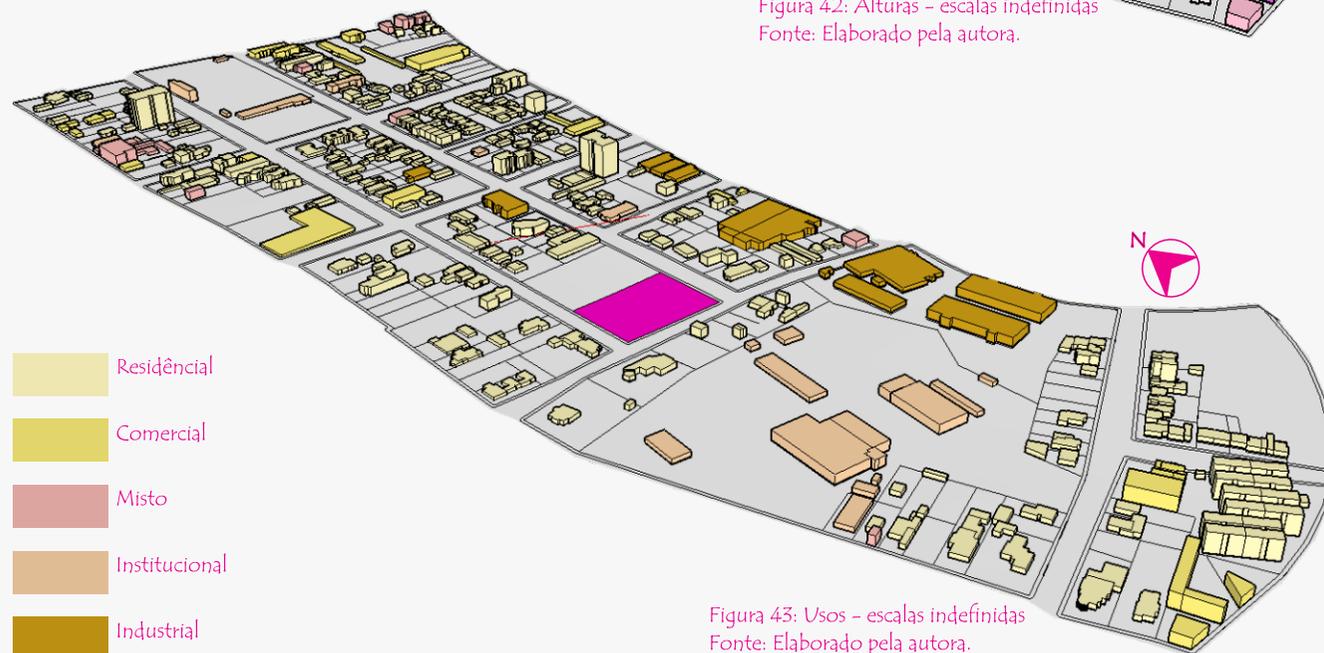


Figura 43: Usos – escalas indefinidas
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 44: Mapa do lote
Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora.



Figura 45: O terreno
Fonte: Autora, 2019.



Figura 46: Vista A
Fonte: Autora, 2019.



Figura 47: Vista C
Fonte: Autora, 2019.

O lote possui três fachadas livres. Ao Sudeste, fica a Rua 25 de Julho (Figuras 44, 45 e 46), via coletora de fluxo médio e principal acesso ao terreno, possui pavimentação de asfalto. As edificações nessa rua são, em sua grande maioria, residenciais, de um e de dois pavimentos.

Ao Nordeste do lote fica a Rua Sete de Setembro (Figura 49), via que também é coletora, possui fluxo médio e é pavimentada com asfalto. As edificações nessa rua também são na maior parte residenciais, com alturas de um e dois pavimentos.

Ao Sudoeste do terreno fica a Rua Quinze de Novembro (Figura 47), via coletora, que possui fluxo médio e também têm pavimentação com asfalto. As edificações nessa rua são residenciais, e também tem, em sua maioria, alturas de um e dois pavimentos. As edificações da região, são, em geral, de padrão alto e médio. O entorno do terreno é bastante plano e possui bom estado de conservação.

Ao Noroeste do terreno fica uma divisa com outros lotes, estes possuem predominância residencial, materialidade de alvenaria em sua maioria, padrão alto e médio e alturas de um e dois pavimentos (Figuras 50 e Figura 51).

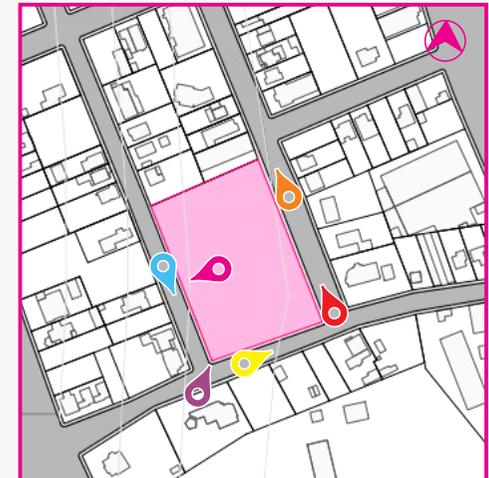


Figura 48: Mapa do lote
Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora.



Figura 49: Vista B
Fonte: Autora, 2019.



Figura 50: Vista E
Fonte: Autora, 2019.



Figura 51: Vista D
Fonte: Autora, 2019.

ÁREA DE INTERVENÇÃO

6.10 CONDICIONANTES CLIMÁTICOS

Depois de realizados os estudos de ventilação e insolação, verificou-se, conforme a posição do lote, que as testadas noroeste e sudeste recebem incidência solar o dia inteiro, necessitando de elementos de proteção solar para controlar o aquecimento do edifício. A testada sudeste recebe insolação constante e a testada nordeste recebe o sol da manhã, sendo que nestas, não seja necessário o uso de proteção solar (Tabela 2).

De acordo com o apresentado no Gráfico 3, o município de Campo Bom, possui as quatro estações do ano bem definidas, com temperatura próxima a 40°C no verão e 0° no inverno.

Os ventos predominantes na cidade são sudeste, desse modo, para aproveitar de melhor maneira a ventilação natural, a fachada sudeste deverá receber fenestrações maiores (Figura 52).

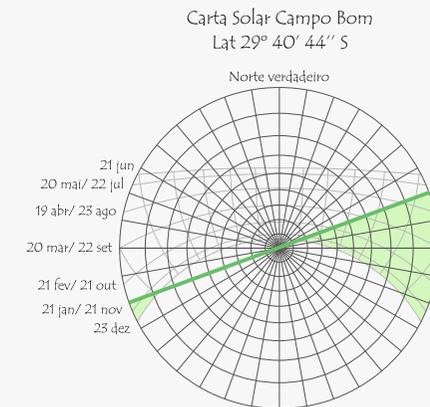
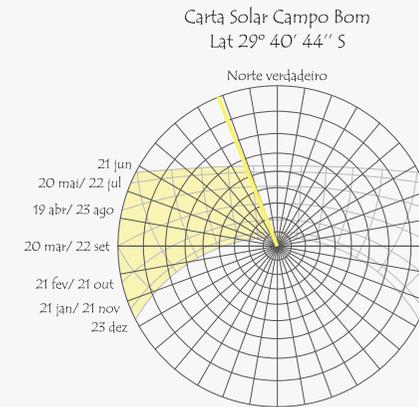
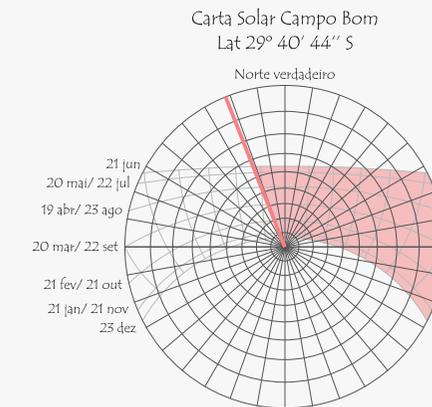
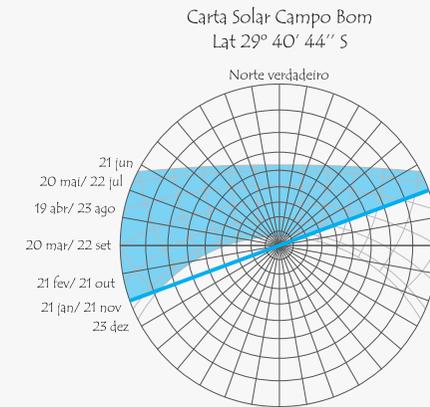


Gráfico 3: Temperatura e Precipitação
Fonte: Clima Tempo.

	Solstício de Inverno	Solstício de Verão	Equinócios
Testada Nordeste	5h50min - 13h10min	5h00min - 12h10min	6h00min - 12h45min
Testada Noroeste	6h45min - 17h10min	10h45min - 17h45min	8h30min - 18h00min
Testada Sudoeste	13h20min - 17h10min	12h10min - 19h00min	12h45min - 18h00min
Testada Sudeste	-	05h00min - 10h45min 17h45min - 19h00min	06h00min - 08h30min

Tabela 2: Carta Solar
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI, 2006) de Campo Bom, o lote escolhido está inserido na zona residencial 2 (ZR2), zona intermediária, entre as zonas residenciais, de baixa densidade, e central, e caracteriza-se como área de densidade média, visando a máxima utilização da infraestrutura disponível (Figura 53).

De acordo com a Tabela 3, sua atividade está enquadrada como uso 5-A, uso especial, necessitando de um estudo criterioso para sua localização. Seu uso é permissível para a zona residencial 2 e devem atender a algumas condições específicas.

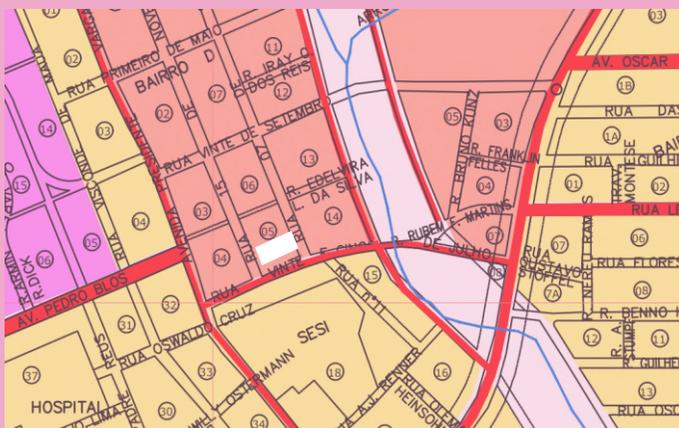


Figura 53: Plano Diretor Mapa.
Fonte: PDDICB. Adaptado pela autora.

7.2 CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE CAMPO BOM

Conforme o Código de Edificações do Município (Lei Municipal nº 422, 1977), a Casa Lar – Para Mulheres em Situação de Violência, está classificada como, edificações destinadas a asilos, orfanatos, albergues e congêneres, e deverão seguir as exigências do Art. 183, Art. 238, Art. 284 e Art. 289, citados abaixo:

Dormitórios: Quando coletivos, 9,00m² (nove metros quadrados) no mínimo para dois leitos, acrescidos de 4,00m² (quatro metros quadrados) por leito excedente e pé-direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), no caso de área total inferior a 60,00m² (sessenta metros quadrados). Quando com área superior a 60,00m² (sessenta metros quadrados) o pé-direito mínimo será de 3,30m

(três metros e trinta centímetros).

Instalações sanitárias: Banheiras ou chuveiros, lavatórios e vasos sanitários na proporção de 1 (um) conjunto para cada dez (10) asilados.

Reservatórios: Será adotada uma reserva mínima correspondente ao consumo de 1 (um) dia, sendo tal reserva calculada em litros, pela fórmula $R = 1.000 + 150 A$, sendo "A" o número de asilados.

Instalação de proteção contra incêndios: É obrigatória a instalação preventiva móvel contra incêndios.

Portas: Devem possuir portas externas abrindo no sentido do fluxo de saída.

Tabela 3: Plano Diretor Mapa.
Fonte: PDDICB. Adaptado pela autora.

REGIME URBANÍSTICOS		SETORES	Zr2	ÁREAS DO LOTE	ÍNDICES DO LOTE	CLASSIFICAÇÃO
T.O	% (máx)		60	3714 m ²	2228,4 m ²	USO 05 A - USO ESPECIAL
I.A	(máx)		1,4	3714 m ²	5199,6	
COTA IDEAL MÍNIMA VERTICAL	m ²		15	-	-	
COTA IDEAL MÍNIMA HORIZONTAL	m ²		120	-	-	Atividades de mereçam estudo criterioso para sua localização, como: cemitérios, capelas mortuárias, centro administrativos, estádios, asilos, orfanatos, albergues, bombeiros, quartéis, terminais de transporte coletivo e cargas, mercados públicos, presídios e similares
RECVO DE AJARDINAMENTO	m (mín)		4	4	-	
AFASTAMENTOS	lateral		2	2	-	
	Fundos		2	2	-	

A NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece critérios e parâmetros técnicos para a acessibilidade universal e visa atender de forma justa toda a parcela da sociedade, na utilização autônoma e segura de todos os ambientes.

A referida norma estipula algumas dimensões que são pertinentes para o presente trabalho:

Um módulo de referência 0,80x1,20m no piso, para o dimensionamento dos espaços, projetando uma cadeira de rodas. O espaço mínimo para circulação em linha reta de 90 cm, conforme Figura 54.

As dimensões para as manobras da cadeira de rodas também devem ser consideradas, conforme indicado na Figura 55.

Em relação às rampas, com inclinação entre 6,25% e 8,33%, devem ser previstas áreas de descanso nos patamares de 1,20 metro, a cada 0,80m de percurso. As rampas externas não podem exceder 3% de inclinação transversal, bem como, as rampas internas não podem exceder 2%, Figura 56. A largura recomendável para as rampas é de 1,50m, sendo o mínimo admissível 1,20m. Deve-se instalar uma barra de proteção lateral ou guarda corpo, sempre que houver rampas, terraços ou caminhos elevados.

Os sanitários devem atender às normas mínimas de dimensões de boxe, possuir barras de apoio laterais, as portas devem abrir para o lado externo,

dimensionados com uma área de manobra de 360°, e ter uma área de transferência para a bacia sanitária. As bacias e assentos sanitários devem estar em uma altura de até 0,45m do chão, e o lavatório deve estar no máximo 0,80m do piso, ilustrado na Figura 57.

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. Corredores com até 4m de extensão, é necessário 0,90m de largura, 1,20m para corredores com extensão de 10m e superior a 10m é necessário 1,50m de largura.

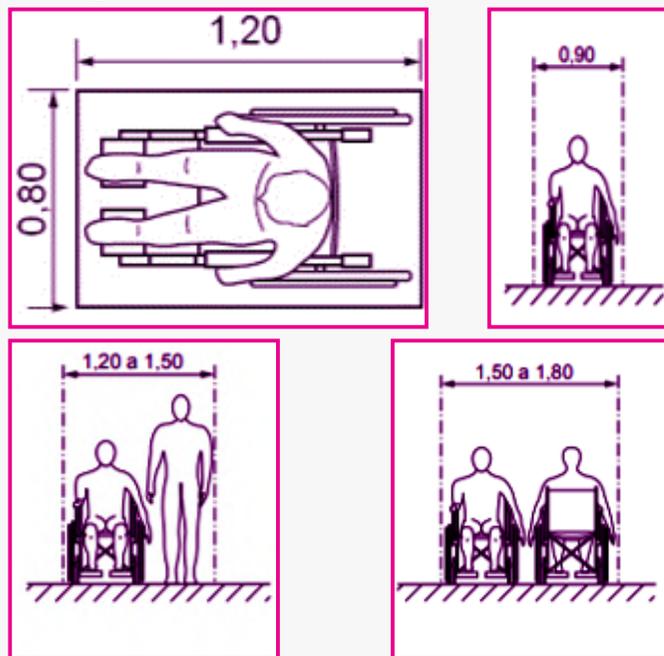


Figura 54: Módulo padrão e largura para deslocamento. Fonte: ABNT, 2015. Adaptado pela autora.

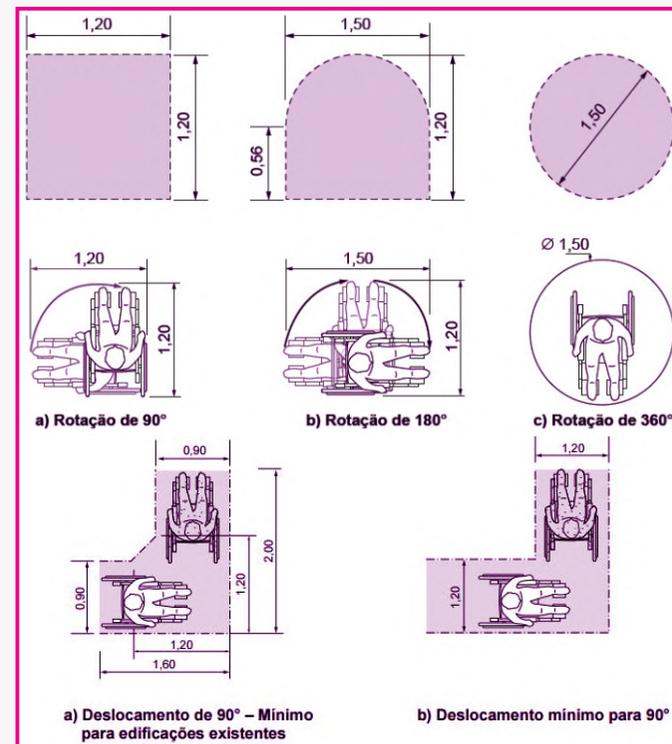


Figura 55: Área de manobra. Fonte: ABNT, 2015. Adaptado pela autora.

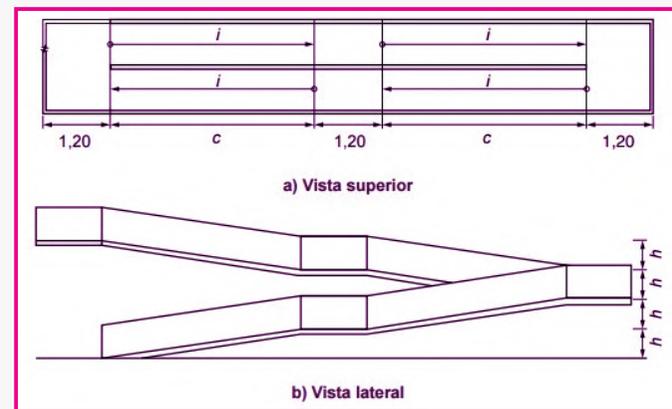


Figura 56: Rampas, vista superior e lateral. Fonte: ABNT, 2015. Adaptado pela autora.

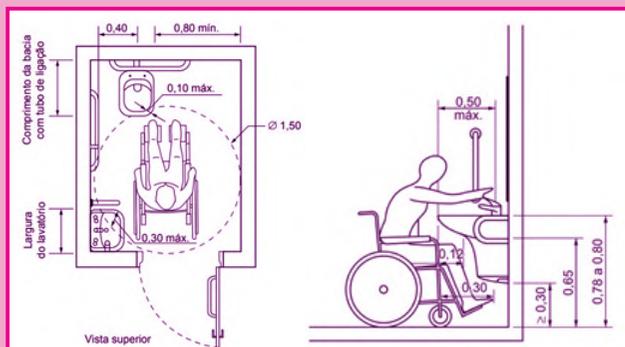


Figura 57: Sanitário acessível.
Fonte: ABNT, 2015. Adaptado pela autora.

A NBR 9077 (ABNT, 2001) e a Resolução Técnica, RT 11 de 2016, fixa as condições de fuga e estabelece o dimensionamento das saídas de emergência, em caso de incêndio, para que a população abandone em segurança a edificação.

Quanto à sua ocupação, os abrigos, são classificados no Grupo B, serviços de hospedagem, na divisão B-1, hotéis e assemelhados, conforme Tabela 4 (ABNT, 2011).

As saídas de emergência são dimensionadas em função da população da edificação. A população é calculada pelos coeficientes da Tabela 5, através da fórmula $N=P/C$, no entanto, em qualquer caso, a largura mínima das saídas de emergência, deverá ser de 1,10 metros (RT 11, 2016).

De acordo com a classificação do uso, o projeto deverá atender a distância máxima de 40 metros a serem percorridos até atingir um local seguro.

GRUPO	OCUPAÇÃO/ USO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
A	RESIDÊNCIAL	A1	Habitacões unifamiliares	Casas térreas ou assombradas, isoladas ou não
		A2	Habitacões multifamiliares	Edifícios de apartamentos em geral
		A3	Habitacões coletivas (grupos sociais equivalente a família)	Pensionatos, internatos, mosteiros, conventos, residenciais geriátricos
B	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	B1	Hotéis e assemelhados	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, albergues, casas de cômodos
		B2	Hotéis residenciais	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se apart-hotéis, hotéis residenciais)

Tabela 4: Classificação das edificações quanto à sua ocupação.
Fonte: ABNT, 2011. Adaptado pela autora.

OCUPAÇÃO		POPULAÇÃO (A) (B) (L) (P)	CAPACIDADE DA UNIDADE DE PASSAGEM		
GRUPO	DIVISÃO		ACESSO/ DESCARGAS	ESCADAS/ RAMPAS	PORTAS
A	A1 E A2	Duas pessoas por dormitório (C) (R)	60	45	100
	A3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento (D)			
B		Uma pessoa por 15 m ² de área (F) (H)			

Tabela 5: Dados para o dimensionamento das saídas.
Fonte: RT 11, 2016. Adaptado pela autora.



O percurso entre a procura pela ajuda, o acolhimento até a reinserção social é um processo longo. Assim, a concepção do espaço deve seguir um caminho de empoderamento, no qual, as mulheres serão apoiadas, acolhidas e libertadas.

8.2 INTENÇÕES DE PROJETO

A criação do espaço arquitetônico deverá ser um instrumento que auxiliará no processo da cura das mulheres. Assim, princípios que busquem compreender o ser humano, promover o bem-estar e remeter as noções de lar, são de grande importância para que as usuárias e seus dependentes alimentem um sentimento de pertencimento ao espaço, sem manifestar a sensação de confinamento.

MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Técnicas que agreguem psicologia a arquitetura, uso das cores, qualidade ambiental, iluminação natural, mobiliário e organização serão utilizadas no projeto. Considera-se também que o uso da materialidade tem como grande fator transmitir a identidade da edificação. A utilização de materiais como a madeira, o concreto, o vidro, o aço, transmitem conforto

e agregam identidade própria em uma arquitetura contemporânea.

O sistema construtivo foi escolhido a partir de premissa de menor impacto ambiental, com soluções de tecnologias sustentáveis. O concreto armado pré-fabricado, além de resultar em uma melhor qualidade arquitetônica, reduz o custo de mão de obra e o tempo de montagem. Ele pode receber todo tipo de revestimento proposto no projeto. A modulação, em geral, é 12 metros para a distância de pilar-pilar, e 15 metros a largura das lajes alveolares (ALVES, 2017).

PÚBLICO ALVO

O público alvo foi definido conforme o Decreto Regulamentador nº 1/2006, que especifica que a Casa Lar não poderá exceder o número máximo de 30 utentes, acompanhadas ou não de seus filhos, menores de idade, até 12 anos. Mulheres a partir dos 18 anos, residentes do município de Campo Bom, ou ainda, que pertencem, a outros municípios da região, que estejam conveniados com o município, poderão ser abrigadas.

A equipe de trabalho, contará com cerca de dezenove profissionais fixos,

distribuídos: Seis monitoras, duas cozinheiras, uma diretora, corpo administrativo, dois vigilantes noturnos, serviços gerais, recreacionista, recepcionista, motorista; seis profissionais eventuais, distribuídos: Uma psicóloga, uma assistente social, uma educadora social, uma nutricionista, um advogado, uma enfermeira, além de voluntários que desenvolvam trabalhos sociais.

8.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidade foi elaborado a partir dos condicionantes que envolvem a mulher em situação de risco, reconhecidos através dos estudos de caso, juntamente, com as análises das referências projetuais, decretos, norma técnica de uniformização, diretrizes nacionais para o abrigo, código de edificações e a necessidade do município.

O programa está dividido em oito setores e tem como objetivo, oferecer além de um ambiente com toda infraestrutura necessária, para o tratamento das mulheres e seus filhos, um espaço onde a mulher aprenda a ser empoderada, em resposta à sociedade (Tabela 6).

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
SEGURANÇA	Controle de Acesso	Espaço destinado a segurança (Identificação e cadastro)	1	2	1	5	15	Neufert, 2013
	Monitoramento	Espaço destinado a segurança (Circuito de TV e monitoramento)	1	2	1	15	5	Littlefield, 2011
			ÁREA TOTAL (m²)		20	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m²)		24

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
GESTÃO	Recepção	Sala destinada à espera por atendimento	1	6	1	8,4	8,4	Littlefield, 2011
	Secretária	Espaço para trabalho administrativo, rh, financeiro	3	-	1	13,7	13,7	Littlefield, 2011
	Direção	Espaço para trabalho da direção e coordenação	2	-	1	12,6	12,6	Littlefield, 2011
	Sala de reuniões	Espaço amplo para reuniões	-	10	1	20,16	20,16	Littlefield, 2011
	Sala de arquivos	Espaço para arquivamento de documentos	-	2	1	5,6	5,6	Littlefield, 2011
	Copa	Copa para preparo de alimentos destinada à equipe de trabalho	-	10	1	10	10	Neufert, 2013
	Sanitários femininos	Sanitários femininos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	1	1	5	5	Neufert, 2013
	Sanitários masculinos	Sanitários masculinos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	1	1	5	5	Neufert, 2013
	Sanitários PcD	Sanitários PcD para higiene destinada à equipe de trabalho	-	1	1	2,55	2,55	NBR 9050
			ÁREA TOTAL (m²)		83,01	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m²)		99,61

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
ASSISTÊNCIA	Sala de Espera	Espaço destinado à espera de atendimento aos abrigados	-	6	1	8,4	8,4	Littlefield, 2011
	Atendimento Jurídico	Espaço destinado para assessoramento jurídico	-	2	1	16	16	Neufert, 2013
	Atendimento Psicológico	Espaço destinado a consulta psicológica	-	2	2	16	32	Neufert, 2013
	Atendimento Social	Sala de apoio à assistência social	-	2	2	16	32	Neufert, 2013
	Atendimento de Grupo	Espaço para atendimentos em grupo	-	10	1	20,16	20,16	Littlefield, 2011
	Ambulatório	Espaço destinado aos cuidados médicos	1	2	1	14	14	Código de obras CB
			ÁREA TOTAL (m²)		122,56	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m²)		147,07

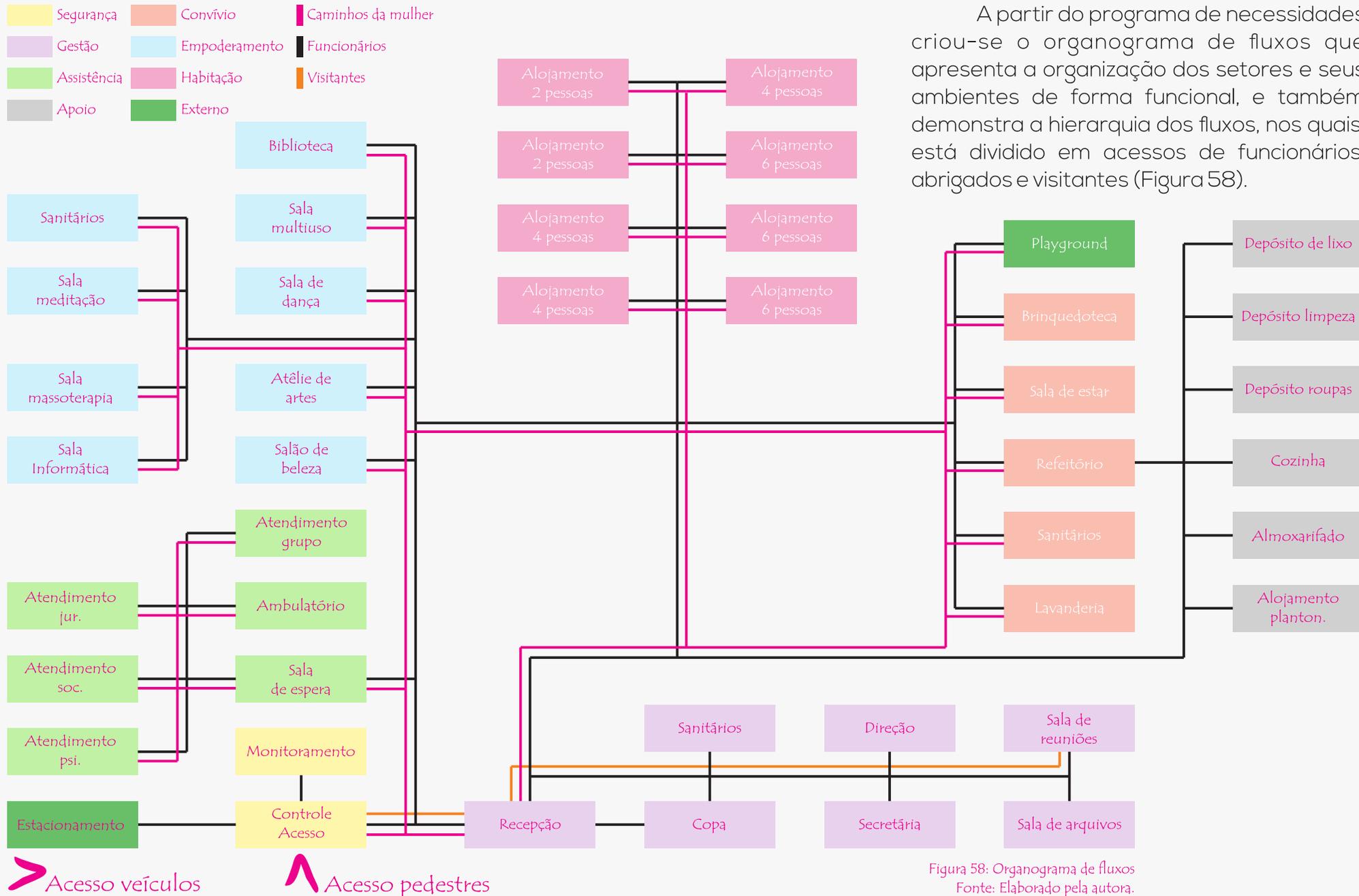
SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
APOIO	Cozinha	Cozinha para preparo de alimentos acesso restrito aos funcionários	2	-	1	18	18	Littlefield, 2011
	Depósito de Limpeza	Armazenamento de produtos de limpeza	-	2	1	8	8	Littlefield, 2011
	Depósito para roupas	Armazenamento de roupas de cama e banho	-	2	1	20	20	Littlefield, 2011
	Depósito de Alimentos	Espaço de armazenamento de produtos de limpeza	-	2	1	14,4	14,4	Neufert, 2013
	Depósito de Lixo	Espaço para armazenar resíduos	-	2	1	5	5	Neufert, 2013
	Almoxarifado	Espaço de armazenamento de produtos em geral	-	2	1	9,5	9,5	Littlefield, 2011
	Alojamento Plantonista	Espaço de descanso e estar destinada à equipe de trabalho	-	4	1	15	15	Littlefield, 2011
			ÁREA TOTAL (m²)		89,9	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m²)		107,88

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
CONVÍVIO	Refeitório	Espaço de refeições destinado aos abrigados	-	30	1	54	54	Littlefield, 2011
	Sala de Estar	Espaço de estar e convívio destinado aos abrigados	-	30	1	36	36	Littlefield, 2011
	Brinquedoteca	Espaço destinado ao lazer e aprendizado das crianças	-	30	1	30	30	Neufert, 2013
	Lavanderia	Espaço para limpeza de todas as roupas destinado aos usuários	-	5	1	20	20	Neufert, 2013
	Pátio Interno	Espaço externo destinado ao lazer dos abrigados	-	30	1	54	54	Littlefield, 2011
	Sanitários femininos	Sanitários femininos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	4	4	5	20	Neufert, 2013
	Sanitários masculinos	Sanitários masculinos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	4	4	5	20	Neufert, 2013
	Sanitários PcD	Sanitários PcD para higiene destinada à equipe de trabalho	-	1	1	2,55	2,55	NBR 9050
			ÁREA TOTAL (m²)		236,55	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m²)		283,36

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
EXTERNO	Playground	Espaço para brinquedos ao ar livre destinado as crianças	-	30	1	40	40	Neufert, 2013
	Estacionamento	Espaço para estacionamento de veículos descoberto	-	25	25	18,8	470	Littlefield, 2011
						ÁREA TOTAL (m²)		510

SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
EMPODERAMENTO	Sala Multiuso	Espaço para palestras, cursos, oficinas destinada aos abrigados	-	30	1	45	45	Neufert, 2013
	Sala de Informática	Espaço para cursos de informática destinada aos abrigados	-	30	1	20	20	Littlefield, 2011
	Salão de Beleza - Escola	Espaço para atendimento de cabelereiras e manicures	-	30	1	20	20	Neufert, 2013
	Atêlie de Artes	Espaço para cursos e oficinas destinada aos abrigados	-	30	1	45	45	Littlefield, 2011
	Sala de Meditação	Espaço para reflexão e meditação destinada aos abrigados	-	30	1	12	12	Neufert, 2013
	Sala de Massoterapia	Espaço para massagens destinada aos abrigados	-	4	1	12	12	Neufert, 2013
	Sala de Dança - Funcional	Espaço para exercícios destinada aos abrigados	-	30	1	15	15	Littlefield, 2011
	Biblioteca	Espaço para leitura destinada aos abrigados	-	30	1	30	30	Littlefield, 2011
	Sanitários femininos	Sanitários femininos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	4	2	5	10	Neufert, 2013
	Sanitários masculinos	Sanitários masculinos para higiene destinada à equipe de trabalho	-	4	2	5	10	Neufert, 2013
	Sanitários PcD	Sanitários PcD para higiene destinada à equipe de trabalho	-	1	1	2,55	2,55	NBR 9050
			ÁREA TOTAL (m ²)		221,55	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m ²)		265,86
SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO		QUANTIDADE	ÁREA PARCIAL (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	FONTE
			FIXA	VARIÁVEL				
HABITAÇÃO	Alojamento para 2 pessoas	Dormitório com capacidade de abrigar duas pessoas	-	2	2	9	18	Código de obras CB
	Alojamento para 4 pessoas	Dormitório com capacidade de abrigar quatro pessoas	-	4	3	13	39	Código de obras CB
	Alojamento para 6 pessoas	Dormitório com capacidade de abrigar seis pessoas	-	6	3	17	51	Código de obras CB
	Banheiro Individuais por Alojamento	Espaço de higiene destinado aos abrigados	-	2	8	5	40	NBR 9050
			ÁREA TOTAL (m ²)		148	ÁREA TOTAL + PAREDES CIRCULAÇÃO. (m ²)		177,06
						ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (20%)		1105,57
						ÁREA ABERTA (m ²)		510
						ESTIMATIVA ÁREA TOTAL (m ²)		1615,77

Tabela 6: Programa de Necessidades
Fonte: Elaborado pela autora.



A partir do programa de necessidades criou-se o organograma de fluxos que apresenta a organização dos setores e seus ambientes de forma funcional, e também demonstra a hierarquia dos fluxos, nos quais, está dividido em acessos de funcionários, abrigados e visitantes (Figura 58).

Figura 58: Organograma de fluxos
Fonte: Elaboração pela autora.

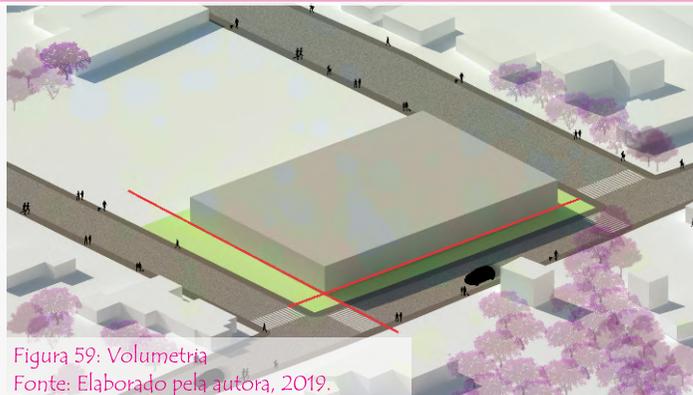


Figura 59: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1- O volume inicial foi projetado respeitando os recuos e os índices urbanísticos. A altura foi lançada com dois pavimentos, seguindo o alinhamento das edificações vizinhas, para que não agredisse o entorno consolidado.

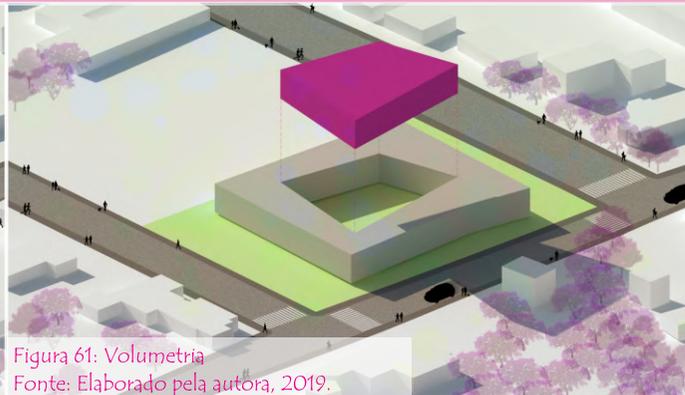


Figura 61: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3- Devido à necessidade de segurança e sigilo do programa, é realizada uma subtração que conforma um pátio interno, abrindo os seus ambientes para seu interior e fechando para o exterior. O pátio é constituído pelos mesmos ângulos do caminho tortuoso.

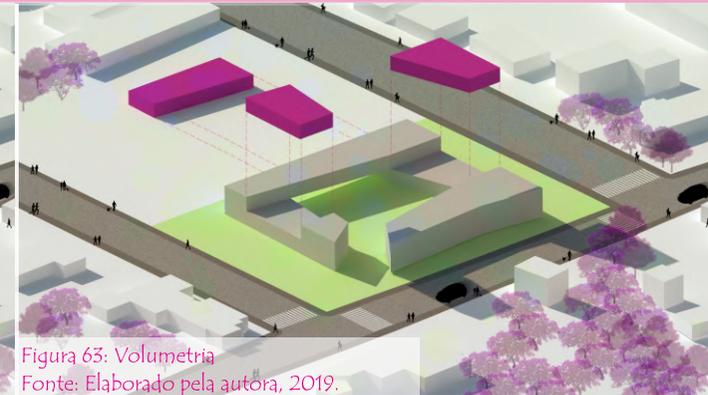


Figura 63: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5- Foram realizadas, posteriormente, subtrações no segundo pavimento, para assim, criar terraços jardins. Para que, desta forma, não se perca o contato com o exterior, a vida fora dali.



Figura 60: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2- Após o lançamento do volume inicial, foram realizadas subtrações na volumetria, demonstradas através dos ângulos, que representam o caminho tortuoso e a quebra de confiança que as abrigadas “trazem na bagagem” até chegarem ali.



Figura 62: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4- O acesso principal, por sua vez, foi demarcado com os mesmos ângulos, e o mesmo se dá pela Ruas Vinte e Cinco de Julho e Quinze de Novembro. Para marcar o acesso, a ruptura da forma, acontece a oeste, onde ocorre o pôr-do-sol, o que se justifica pelo posicionamento das áreas de

	Gestão		Convívio
	Assistência		Empoderamento
	Apoio		Habitação

acolhimento, no lado oposto, espaço em que as mulheres poderão prestigiar o pôr-do-sol, uma forma de representar luz e recomeço para um novo caminho.

O acesso para estacionamento e serviços, deu-se pela Rua Quinze de Novembro, pelo fato de o controle de acesso estar alocado, mais próximo.



Figura 64: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6- Os ambientes são distribuídos respeitando a melhor insolação e ventilação do lote. Ambientes de convívio e habitação estão ao norte e ao leste; ambientes de salas, ao sul; de serviços, de assistência e gestão ao oeste.

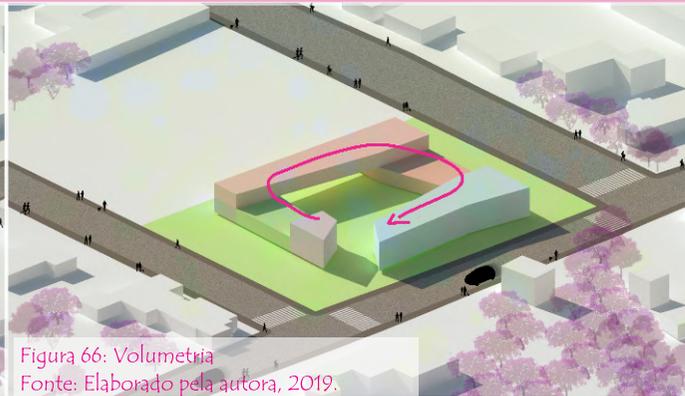


Figura 66: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

7- A concepção dos espaços é ligada ao conceito de apoiar, acolher e libertar, idealizando um caminho de cura e empoderamento.

Primeiramente as abrigadas, serão recebidas e acolhidas, justificando o posicionamento da área de gestão, de assistência e de apoio. Posteriormente, localizam-se os ambientes de acolhida, como o espaço de convívio e habitação. Por último, o espaço de libertar, que são os ambientes de empoderamento, como as oficinas. Ao final desse percurso de empoderamento e reinserção social, as mulheres estarão aptas para voltarem às suas vidas, agora de forma livre e justa.



Figura 65: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

8- E, ao norte, posicionou-se o playground, cujo espaço ficará protegido por uma barreira de vegetações.

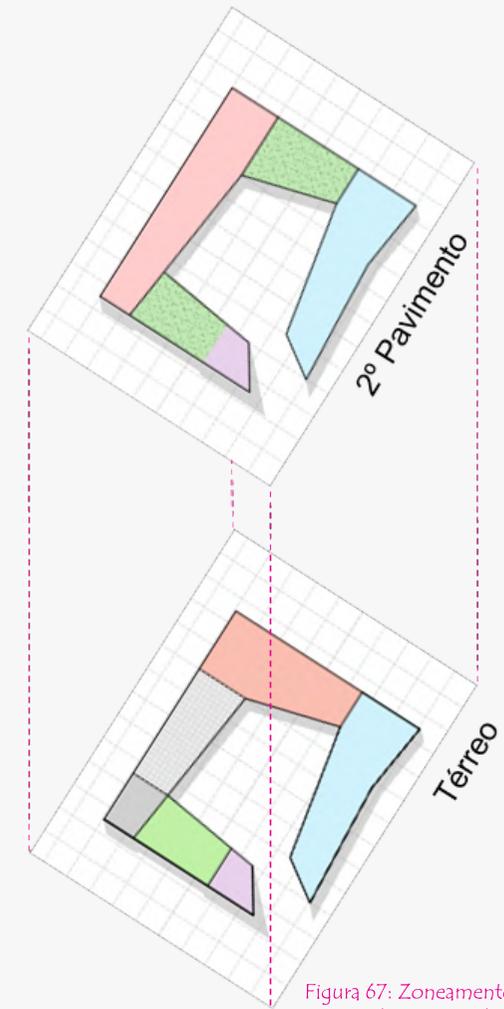


Figura 67: Zoneamento
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

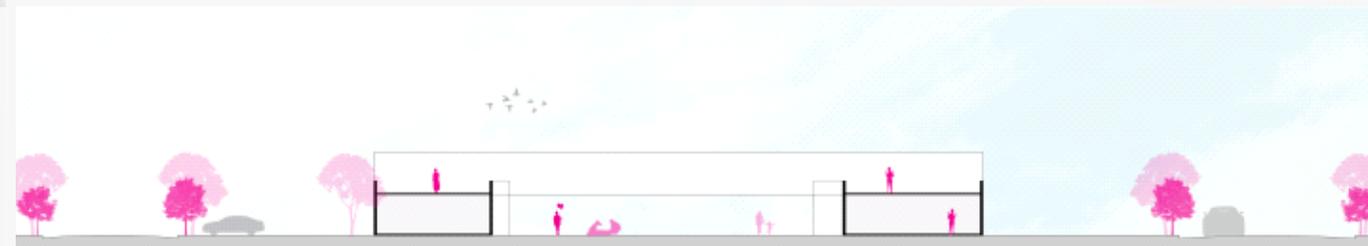


Figura 68: Corte esquemático
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

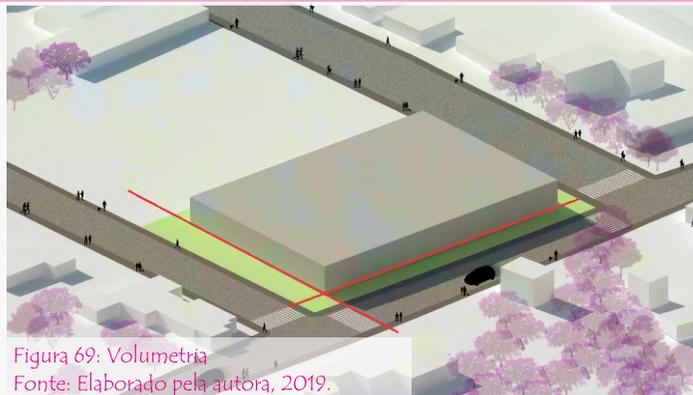


Figura 69: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1- O volume inicial foi projetado respeitando os recuos e os índices urbanísticos. A altura foi lançada com dois pavimentos, seguindo o alinhamento das edificações vizinhas, para que não agredisse o entorno consolidado.

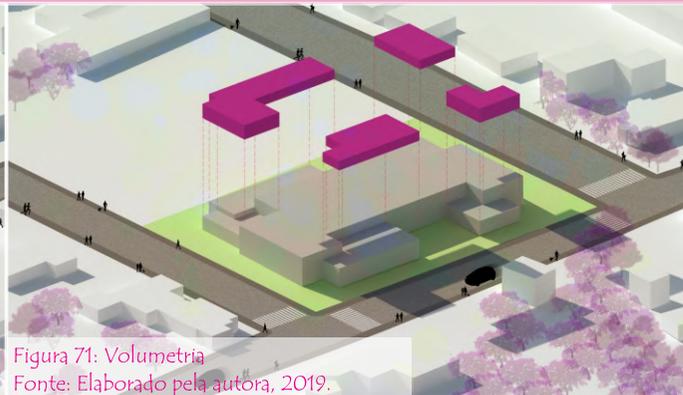


Figura 71: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3- As alturas foram lançadas conforme sua relevância e importância no programa, com subtrações que a demonstram.



Figura 73: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5- Devido à necessidade de segurança e sigilo do programa, é realizada uma subtração que conforma um pátio interno, abrindo os seus ambientes para seu interior e fechando para o exterior.

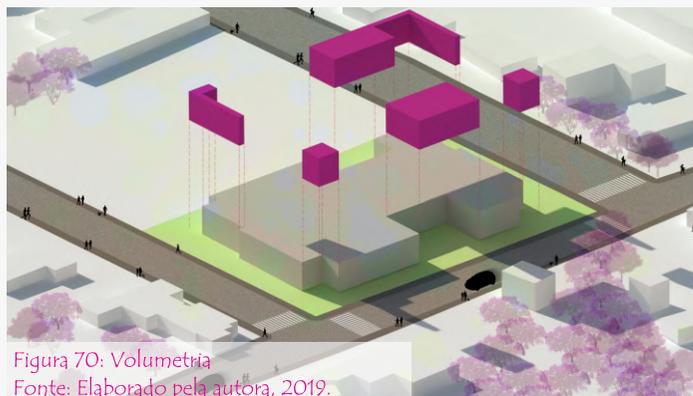


Figura 70: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2- Após o lançamento do volume inicial, foram realizadas subtrações, resultando em formas puras, designados por funções.



Figura 72: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4- O acesso de pedestres, foi direcionado para a Rua Vinte e Cinco de Julho, por ser a via principal de acesso ao lote. O acesso para estacionamento e serviços, deu-se pela Rua Quinze de Novembro, pelo fato de o controle de acesso estar alocado, mais próximo. Todos os acessos serão marcados com uma cobertura.



Figura 74: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6- Os ambientes são distribuídos respeitando a melhor insolação e ventilação do lote. Ambientes de convívio, habitação e salas estão ao norte e ao leste; ao sul está as salas de assistência e gestão; serviços e convívio, ao oeste.

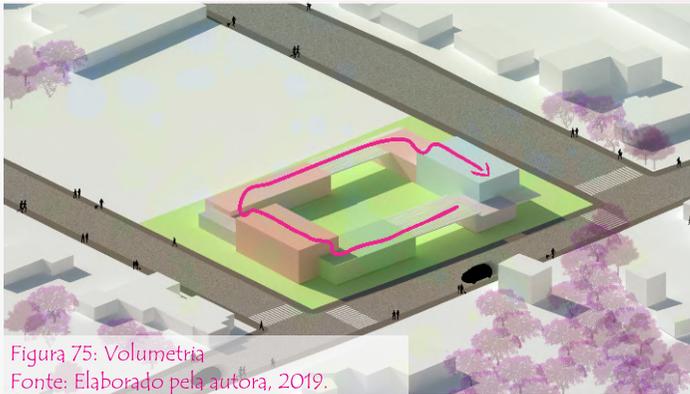


Figura 75: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.



Figura 76: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

7- A concepção dos espaços é ligada ao conceito de apoiar, acolher e libertar, idealizando um caminho de cura e empoderamento.

Primeiramente as abrigadas, serão recebidas e acolhidas, justificando o posicionamento da área de gestão, de assistência e de apoio. Posteriormente, localizam-se os ambientes de acolhida, como o espaço de convívio e habitação. Por último, o espaço de libertar, que são os ambientes de empoderamento, como as oficinas. Ao final desse percurso de empoderamento e reinserção social, as mulheres estarão aptas para voltarem às suas vidas, agora de forma livre e justa.

8- E, ao norte, posicionou-se o playground, cujo espaço ficará protegido por uma barreira de vegetações.

- Gestão
- Assistência
- Apoio
- Convívio
- Empoderamento
- Habitação

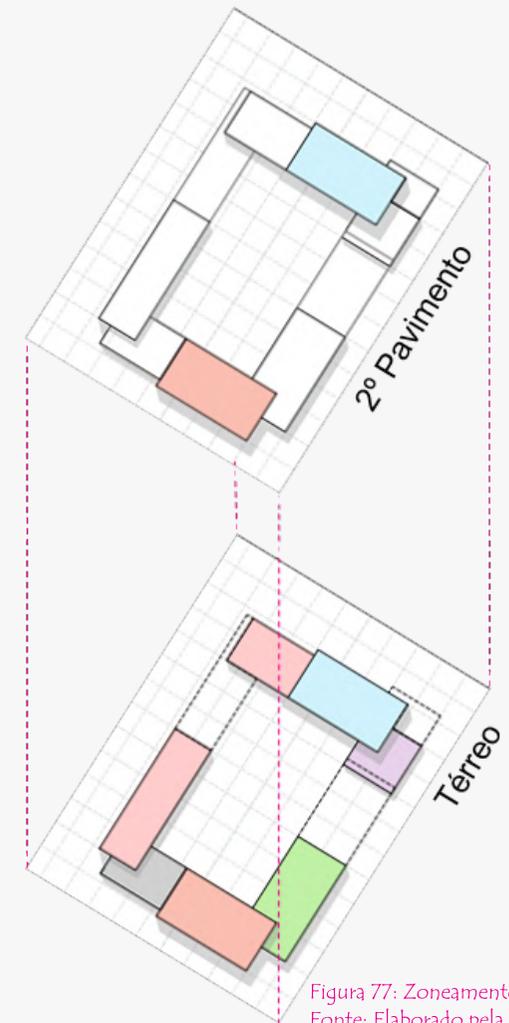


Figura 77: Zoneamento
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

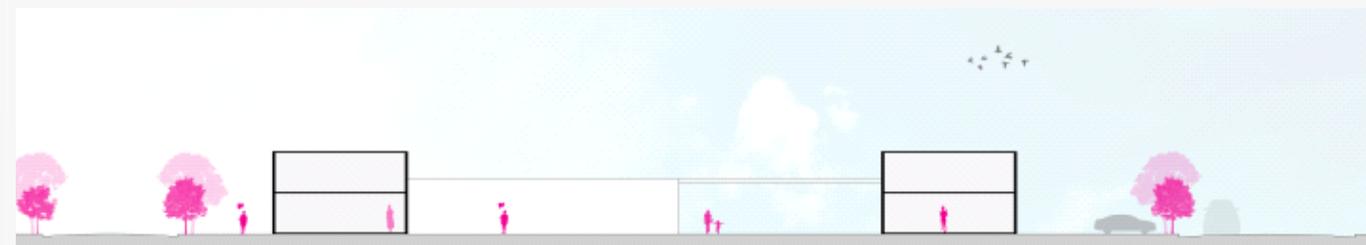


Figura 78: Corte esquemático
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

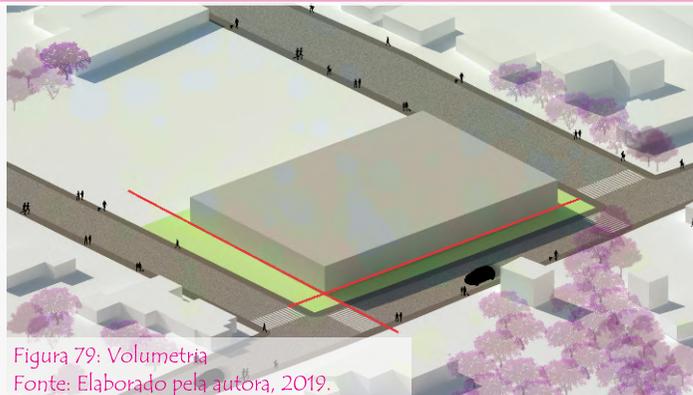


Figura 79: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1- O volume inicial foi projetado respeitando os recuos e os índices urbanísticos. A altura foi lançada com dois pavimentos, seguindo o alinhamento das edificações vizinhas, para que não agredisse o entorno consolidado.

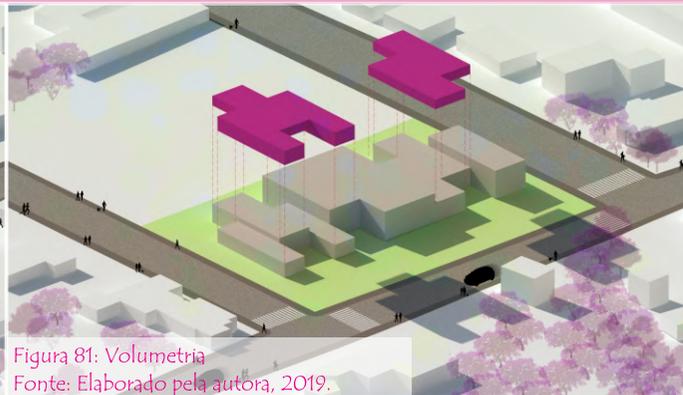


Figura 81: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3- As alturas foram lançadas conforme sua relevância e importância no programa, com subtrações que a demonstram.



Figura 83: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5- Devido à necessidade de segurança e sigilo do programa, é proposto um pátio interno, esse demonstrada por uma adição na altura do volume, que conforma em um volume mais opulente, ligando os espaços de convivência e habitação.

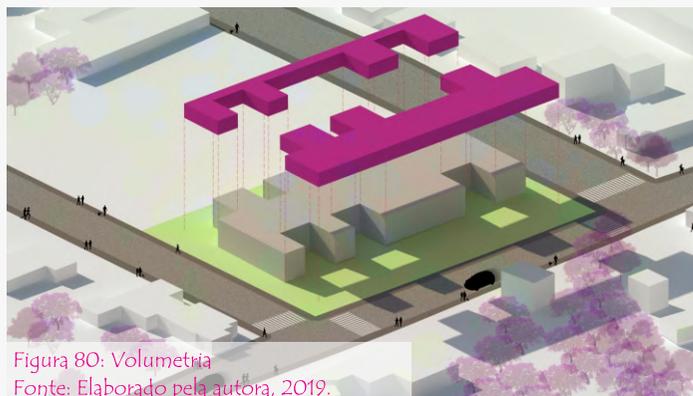


Figura 80: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2- Após o lançamento do volume inicial, foram realizadas subtrações, resultando em formas puras, designadas por funções.



Figura 82: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4- O acesso de pedestres, foi direcionado para a Rua Quinze de Novembro. O acesso para estacionamento e serviços, deu-se pela Rua Quinze de Novembro, pelo fato de o controle de acesso estar alocado, mais próximo.



Figura 84: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6- Os ambientes são distribuídos respeitando a melhor insolação e ventilação do lote, porém, nessa hipótese de volumetria aconteceu de muitas fachadas estarem em uma insolação não favorável, justificando assim, o não uso dessa escolha.

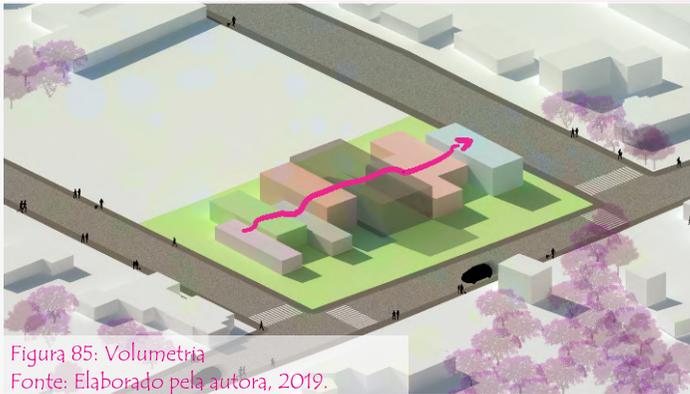


Figura 85: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

7- A concepção dos espaços é ligada ao conceito de apoiar, acolher e libertar, idealizando um caminho de cura e empoderamento.

Primeiramente as abrigadas, serão recebidas e acolhidas, justificando o posicionamento da área de gestão, de assistência e de apoio. Posteriormente, localizam-se os ambientes de acolhida, como o espaço de convívio e habitação. Por último, o espaço de libertar, que são os ambientes de empoderamento, como as oficinas. Ao final desse percurso de empoderamento e reinserção social, as mulheres estarão aptas para voltarem às suas vidas, agora de forma livre e justa.



Figura 86: Volumetria
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

8- E, ao norte, posicionou-se o playground, cujo espaço ficará protegido por uma barreira de vegetações.

- Gestão
- Assistência
- Apoio
- Convívio
- Empoderamento
- Habitação

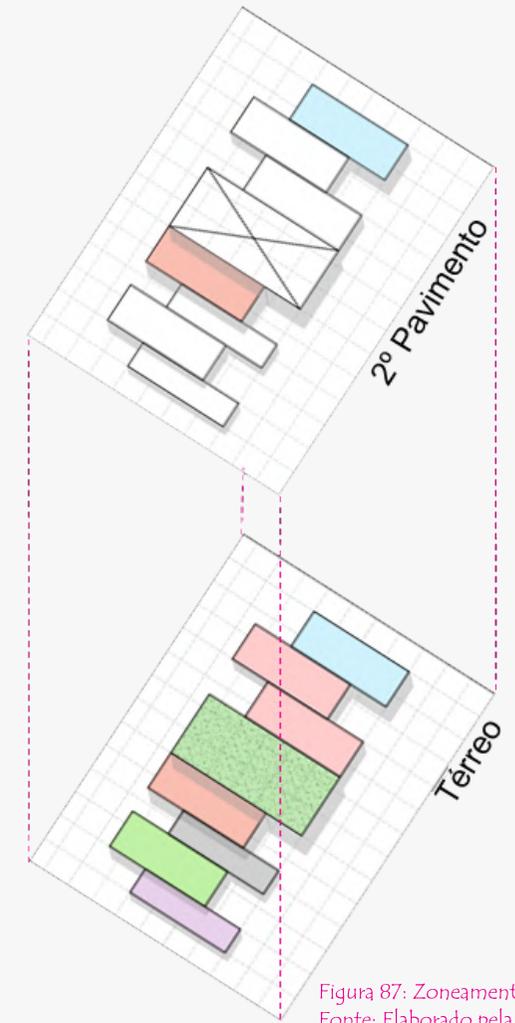


Figura 87: Zoneamento
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

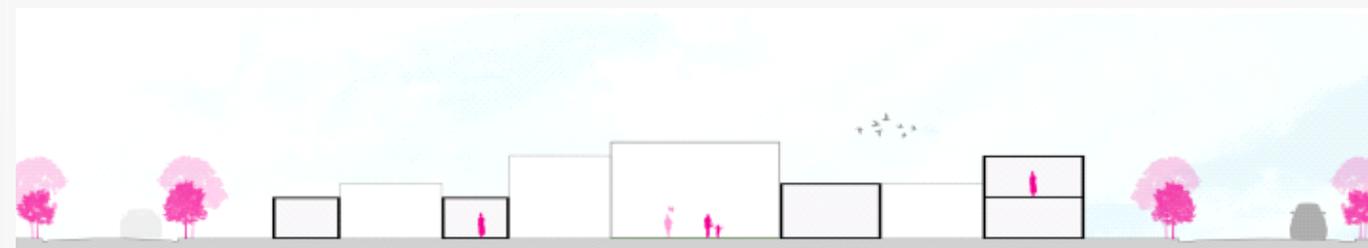


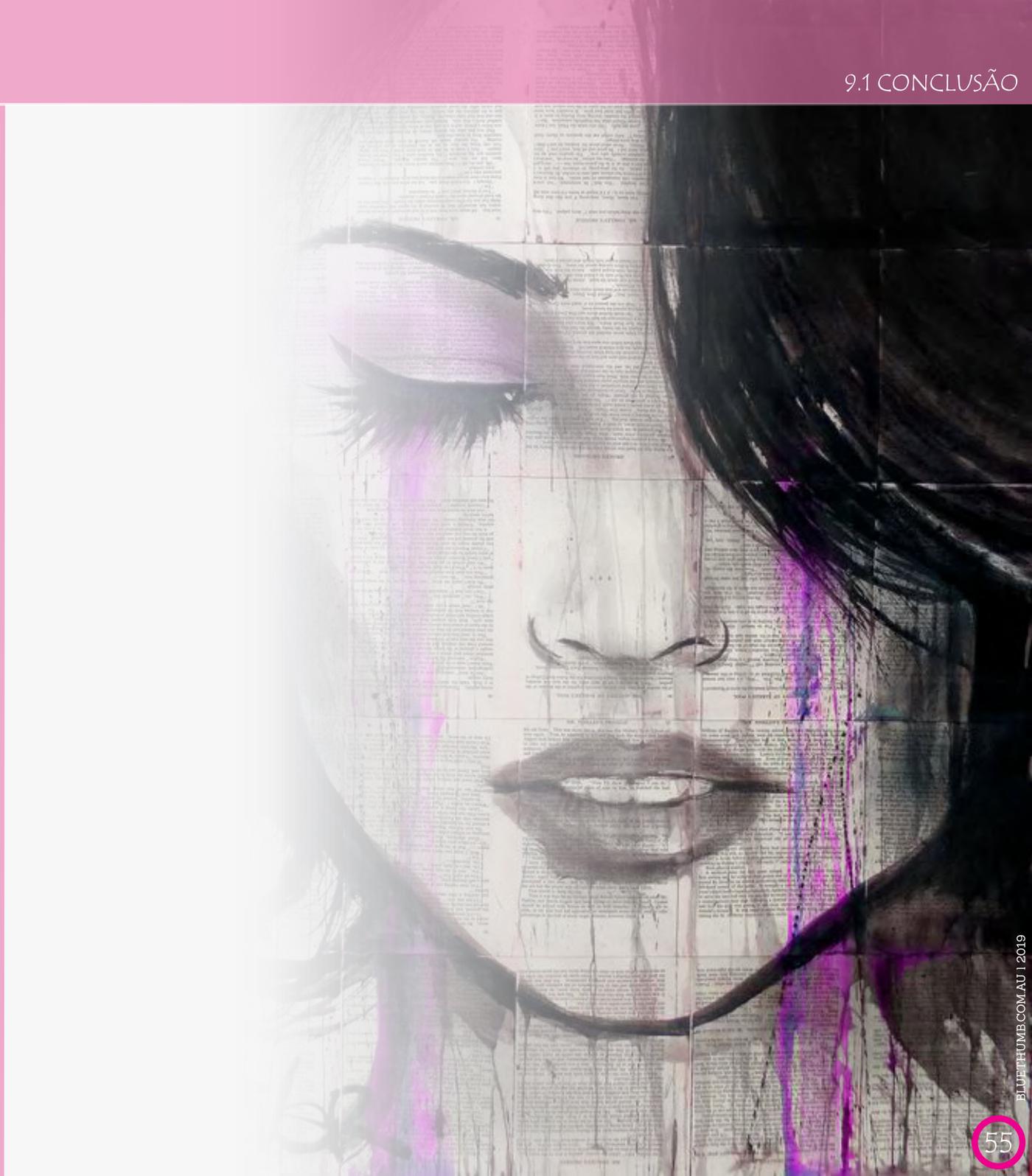
Figura 88: Corte esquemático
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A pesquisa apresenta como tema a inserção de uma Casa Lar- Para Mulheres em Situação de Violência, no município de Campo Bom.

O interesse pelo tema surgiu, como já mencionado, pela falta de empatia da grande maioria da população, em assuntos como a violência praticada contra a mulher, a fragilidade dos ambientes, que por sua vez, são machistas e masculinizados e a falta de sonoridade dessa problemática no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Em conjunto com toda a pesquisa teórica realizada para o embasamento do trabalho, bem como, com os estudos de casos, entrevistas e o conhecimento das estatísticas, viu-se necessário a implantação de mais equipamentos, na qual, a arquitetura contribua na erradicação da violência contra a mulher. É de suma importância, que cada município possua uma Casa Lar, ou ao menos, seja conveniado com alguma cidade próxima. Visto que na Região do Vale dos Sinos, são escassos os exemplares do equipamento, foi proposto uma Casa Lar para o município de Campo Bom, em razão da falta de uma, e da demanda do município, podendo suprir também a necessidade dos municípios vizinhos.

Foi de extrema importância todo o conhecimento adquirido através da pesquisa, para que na próxima etapa, possa se desenvolver o projeto pretendido.



ABRIGO – **Dicionário Online de Português**. 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9077**: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%A](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%AAdcios-2001.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2019.

ALVES, Nadine. **Casas pré-fabricadas**. 2017. Disponível em: <<https://constructapp.io/pt/casas-pre-fabricadas/>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. **Abrigo Para Vítimas De Violência Doméstica**. 2019. Disponível em: <<https://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o Feminismo: Uma retrospectiva histórica**. *Revista Ártemis*. N. 1. 2004.

BITTENCOURTH, Liliane de Oliveira, SILVA, Luy Zoppé, ABREU, Ivy de Souza. **Feminicídio no Brasil: A Cultura De Matar Mulheres**. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/feminicidio-no-brasil-a-cultura-de-matar-mulheres.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência** Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). Brasília, 2011a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

_____. **Rede de Enfrentamento: A violência Contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). Brasília, 2011b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional**: Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Brasília: A Secretaria, 2003. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/17>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

_____. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/Pacto%20Nacional%20pelo%20enfrentamento%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia%20contra%20as%20mulheres.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CAMPO BOM. **Código de Edificações**. Lei Municipal nº 422, de 20 de janeiro de 1977. Disponível em: <<http://ceaam.net/cpb/legislacao/index.php?doc=leis/1977/L0422.htm>> Acesso em: 03 mai. 2019.

CASA – **Dicionário Online de Português**. 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CEBRA ARCHITECTURE. **Casa de Acolhimento para Menores**. 2019. Disponível em: <<https://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CORBELLA, Oscar. **Em busca de arquitetura sustentável para os trópicos – conforto ambiental**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Disponível em: <<https://arquiteturapassiva.files.wordpress.com/2015/09/em-busca-de-uma-arquitetura-sustentavel-para-os-trc3b3picos.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2019

CÔRTEZ, Gisele Rocha, LUCIANO, Maria Cristiana Félix, DIAS, Karla Cristina Oliveira. **A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: Relato de experiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14199>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DINIZ, Simone G, SILVEIRA, Lenira P, MIRIM, Liz A.L. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <http://livrozilla.com/doc/682689/25-anos-de-respostas-brasileiras-em-viol%C3%Aancia-contra-a-mu...> Acesso em: 01 abr. 2019.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento Feminista. História 2018**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>. Acesso: 23 mar. 2019.

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 09 mar. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publica/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS. **Casa Albergue KWIECO**. 2019. Disponível em: <http://www.hollmenreutersandman.com>. Acesso em: 13 abr. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, – 2013**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2013/defaulttabzip_ods.shtm. Acesso em: 22 mar. 2019.

IF_DO. **Escola Santa Teresa**. 2019. Disponível em: <https://www.ifdo.co/projects/st-teresas-sixth-form-centre>. Acesso em: 16 abr. 2019.

IMP – INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 5 de abr. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher: Femicídio no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

KRENKEL, S., & MORÉ, C. L. O. O. (2017). **Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 770-783. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000192016>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LAR – **Dicionário Online de Português**. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LITTLEFIELD, David. **Manual do Arquiteto: Planejamento, Dimensionamento e projeto** / David Littlefield; Tradução Alexandre Salvaterra; revisão técnica: James Miyamoto, Silvio Dias, José Barki – 3 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 691-700, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso: 5 de abr. 2019.

NBUNDM. **Centro Educacional Steinpark**. 2019. Disponível em: <http://nbundm.de/projekt/7/familienzentrum-im-steinpark.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

NECKEL, Jéssica Paloma. **Mulher e história: A luta contra a violência doméstica**. Disponível em: <https://jessicapalomaneckelluz.jusbrasil.com.br/artigos/217241864/mulher-e-historia-a-luta-contra-a-violencia-domestica>. Acesso em: 01 abr. 2019.

NEUFERT, Ernet. **A Arte de Projetar**. 18ª Edição renovada e atualizada. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

OLIVEIRA, Guilherme, OLIVEIRA, Nelson. Especial Cidadania. **Jornal do Senado**, Brasília, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania>. Acesso em: 05 abr. 2019.

PDDICB. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Bom**. Lei Municipal nº 2988, de 10 de outubro de 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-campo-bom-rs> Acesso em: 03 mai. 2019.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: Políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

PINHEIRO, José O. **Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor**. 1997. Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. **Dossiê Violência Contra Mulher**. Pernambuco, 2001. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/trilhas/docs/04a11.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

RT 11 - Resolução Técnica CBMRS nº 11 - Parte 01 Saídas de Emergência 2016. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.bombeiros.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/01155612-rtcbmrs-n-11-parte-01-2016-saidas-de-emergencia-versao-corrigida.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

SEBALHOS, Carolina Frasson. **Centro de Referência e Apoio a Mulheres em Situação de Violência em Santa Maria - RS**. 2017. Monografia (Graduação) - Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/carolinasebalhos/docs/centro_de_referencia_e_apoio_a_mul>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SSP - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. **Indicadores da Violência Contra a Mulher por Município 2019**. Disponível em: <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TADASHI SUGA ARCHITECTS. **Creche Infantil TAKENO**. 2019. Disponível em: <<http://www.suga-architects-office.com/en/profile/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

TELES, Karla de Souza. **Nosso corpo nos pertence? Conhecendo a rede de atendimento voltada para as mulheres vítimas de violência sexual em Feira de Santana- Ba**. 2014. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/6-tcc-2013-2?download=95:karla-de-souza-teles>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

UN WOMEN - VIRTUAL KNOWLEDGE CENTRE TO END VIOLENCE AGAINST WOMEN AND GIRLS. **Relatório Anual de Monitoramento**. 2012. Disponível em: <http://www.endvawnow.org/uploads/browser/files/vkc12-mo_monitoringreport_2_year_2012_en.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women. Intimate partner and sexual violence against women**. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

À Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva Mulher

Eu, **Catrine da Cunha**, matrícula nº **0133562** acadêmica do **Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale**, responsável principal pelo Projeto de Pesquisa do Trabalho Final de Graduação, sob o título **Casa Lar – Para Mulheres em Situação de Violência**, venho pelo presente, solicitar autorização ao **Centro de Referência Especializado de Assistência Social Viva Mulher**, no setor de **Coordenadoria**, para realização da coleta de dados e coleta fotográfica para fim de conhecimento do espaço, e uma entrevista relacionada aos serviços prestados no Centro, realizada no dia 20 de Março de 2019. O trabalho está sob a orientação da Professora Adriana Teresinha da Silva Dutra.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Novo Hamburgo, 01 de Abril de 2019

Catrine da Cunha

Assinatura do Pesquisador Principal
RG: 8110358788 - Matrícula: 0133562

Ciente com a publicação da entrevista, nome do entrevistado e levantamento fotográfico para fins acadêmicos conforme descrito acima.

Elis Regina de Barros Evaldt

Assinatura do Entrevistado

Nome Extenso:

RG:

Elis Regina de Barros Evaldt
Coordenadora CREAS - VIVA MULHER
Centro de Referência
Especializado de Assistência Social

Câmpus I • Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 • Hamburgo Velho • Novo Hamburgo/RS • CEP 93510-235
Câmpus II • ERS-239, 2755 • Novo Hamburgo/RS • CEP 93525-075 | -55 51 3586.8800 • www.feevale.br
Câmpus III • Av. Edgar Hoffmeister, 500 • Zona Industrial Norte • Campo Bom/RS • CEP 93700-000



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

À Casa Abrigo Regional Jacobina Maurer

Eu, **Catrine da Cunha**, matrícula nº **0133562** acadêmica do **Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale**, responsável principal pelo Projeto de Pesquisa do Trabalho Final de Graduação, sob o título **Casa Lar – Para Mulheres em Situação de Violência**, venho pelo presente, solicitar autorização à **Casa Abrigo Regional Jacobina Maurer**, no setor de **Coordenadoria**, para realização da coleta de dados e coleta fotográfica para fim de conhecimento do espaço, e uma entrevista relacionada aos serviços prestados na Casa Abrigo, realizada no dia 12 de Abril de 2019. O trabalho está sob a orientação da Professora Adriana Teresinha da Silva Dutra.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Sapiranga, 12 de Abril de 2019

Catrine da Cunha

Assinatura do Pesquisador Principal
RG: 8110358788 - Matrícula: 0133562

Ciente com a publicação da entrevista, nome do entrevistado e levantamento fotográfico para fins acadêmicos conforme descrito acima.

Josely Aparecida de Souza

Assinatura do Entrevistado

Nome Extenso:

RG:

Câmpus I • Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 • Hamburgo Velho • Novo Hamburgo/RS • CEP 93510-235
Câmpus II • ERS-239, 2755 • Novo Hamburgo/RS • CEP 93525-075 | -55 51 3586.8800 • www.feevale.br
Câmpus III • Av. Edgar Hoffmeister, 500 • Zona Industrial Norte • Campo Bom/RS • CEP 93700-000

Entrevista realizada na visita ao Centro de Referência especializado de Assistência Social Viva-Mulher

1. Quais os serviços prestados no Centro?
1. Quantos profissionais trabalham no Centro?
2. Quais os ambientes que possuem no Centro?
3. Quantos atendimentos são realizados por mês?
4. Quantos novos casos chegam por mês?
5. De que maneira, a vítima chega ao local?
6. Qual a faixa etária das mulheres atendidas?
7. As vítimas atendidas são apenas da Cidade de Novo Hamburgo? É realizado o atendimento de vítimas de outras cidades?
8. Quem são os agressores?
9. Por quanto tempo as vítimas têm um acompanhamento no centro?
10. Caso seja necessário encaminhar para uma Casa-Abrigo, para qual é encaminhado?
11. Acha necessário terem mais Casas-Abrigo na região?

Entrevista realizada na visita à Casa-Abrigo Regional Jacobina Maurer

1. Quais os serviços prestados na Casa?
2. Quantos e quais profissionais trabalham na Casa?
3. Quais os ambientes que possuem na Casa?
4. Quantas mulheres são abrigadas?
5. Quais os municípios atendidos?
6. De que maneira, a vítima chega ao local?
7. Qual a faixa etária das mulheres atendidas?
8. Quem são os agressores?
9. Por quanto tempo as vítimas ficam abrigadas?
10. Como acontece o desligamento da mulher na Casa?
11. Se as vítimas possuem filhos, eles ficam abrigados juntos? Até qual idade?
12. Os dormitórios são individuais ou coletivos? Os filhos abrigados ficam no mesmo dormitório?
13. Existe um atendimento especializado para cuidar dos filhos?
14. Acha necessário ter mais Casas-Abrigo na região?
15. Qual seria o modelo ideal para uma Casa-Abrigo?